

MINTER



OTIMIZER
D-1040
P-1
ex B nº 8

3

ESCOLA RURAL

JANICE SILVA JAPIASSU

Série : NORDESTE E EDUCAÇÃO

Recife , 1978

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

SUPERINTENDENTE

Valfrido Salmito Filho

SUPERINTENDENTE-ADJUNTO-ADMINISTRATIVO

Fernando Antonio Monteiro Gonçalves

SUPERINTENDENTE-ADJUNTO DE PLANEJAMENTO

Firmo Fernandes de Castro

SUPERINTENDENTE-ADJUNTO DE OPERAÇÕES

Marlos Jacob de Melo

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Zildo Barbosa Rocha

DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Norma Costa Pereira (Chefe)

AUTORA

Janice Japiassu - Tec. Assuntos Educacionais

M.1040

P.1

CDU 373(812/814-22)

Cx.B.18

UNIPER

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

A ESCOLA RURAL

Janice Japiassu

Série: Brasil.SUDENE.Nordeste e Educação, 3

R e c i f e

1 9 7 8

Japiassu, Janice

A Escola rural. Recife, SUDENE-DRH, 1978.

f. tab. (Brasil, SUDENE, Nordeste e
Educação, 3)

1. Escola rural - Nordeste. I. Brasil.
SUDENE. ed. II. Série. III. Título.

CDU 373(812/814-22)

PREFÁCIO

Há um recente despertar de consciência para a magnitude da problemática da zona rural em seus variados aspectos.

No quadro de programas governamentais prioritários, os técnicos da área educacional têm sido, repetidas vezes, convocados a propor medidas e intervenções que venham modificar, significativamente, o panorama, por vezes trágico, da realidade educacional brasileira no meio rural.

E estes se têm defrontado com um grave obstáculo : o desconhecimento ou insegurança quanto à complexa problemática da zona rural ou do segmento educacional, quando este se visualiza juntamente com os diversos fatores que interagem para a configuração de uma determinada situação educacional.

Pretendendo oferecer uma contribuição aos estudos e questões sobre essa realidade, publicamos o presente trabalho, elaborado pela técnica deste DRH, Janice Japiassu - o qual é fruto de sua vivência, de suas reflexões e daquilo que se lhe apresenta como alternativas para a condução do problema.

A crítica e as sugestões a este documento, por parte de todos os que lidam nessa área, certamente conduzirão à formulação de uma linha de trabalho cada vez mais adequada às reais necessidades da criança e do homem do campo.

ZILDO BARBOSA ROCHA
Diretor do Departamento de Recursos
Humanos - SUDENE

S U M Á R I O

1. <u>APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA</u>	5
<u>A Escola</u>	6
<u>A Zona Rural</u>	8
<u>A Escola Rural</u>	13
2. <u>SÍNTESE DA SITUAÇÃO DO ENSINO NA ZONA RURAL DO NORDESTE</u> .	17
3. <u>PROPOSTA DE PROGRAMA</u>	47
<u>RELAÇÃO DAS TABELAS E GRÁFICOS</u>	64

1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A escolarização das populações rurais é, ainda, uma incôgnita para os educadores no Nordeste do Brasil. Constitui-se em um problema cujos elementos básicos não foram sequer equacionados. O presente trabalho tem dupla intenção: em primeiro lugar, pretende auxiliar os serviços de pesquisa e planejamento educacional, existentes na Região, na identificação e definição dos elementos fundamentais da questão proposta. Supõe-se que os referidos elementos, uma vez aclarados e razoavelmente definidos, em sua extensão, compreensão e inter-relação, possam vir a compor uma série ordenada de objetos de pesquisa e reflexão. Em segundo lugar, antevendo a necessidade de uma ação simultânea e a curto prazo, tenta-se propor algumas intervenções viáveis e adequadas sobre a rede escolar rural, tal qual ela ora se apresenta.

Subjacente às intenções expressas, existe a decisão de não se estimular qualquer reforma do ensino rural antes do conhecimento resultante de uma série de estudos, pesquisas ou, mesmo, de um esforço especulativo capazes de subsidiar, adequadamente, qualquer intervenção. Em resumo: enquanto não for possível encontrar soluções reais para a zona rural, devidamente testadas e com possibilidades de generalização, é conveniente, de um lado, estimular os estudos que possibilitem o encontro das citadas soluções e, do outro, melhorar, na medida do possível, o sistema educacional rural, tal

qual ele existe e subsistirá, ao que tudo indica, ainda por muito tempo.

A seguir, alinhamos algumas questões elementares com o objetivo de pôr uma certa ordem no desenvolvimento das especulações sobre a zona rural. Todas estas questões são conhecidas e mais ou menos óbvias. No entanto, pareceu-nos necessário explicitá-las porque observamos que sua evidência não está tão presente quanto deveria no comportamento dos educadores a respeito dos fatos educacionais e nas propostas para o sistema educacional que se sucedem, quer se trate da escola, em geral, ou da escola rural.

Para que se chegue a alguma conclusão sobre o que é ou deve ser a escola rural, é preciso refletir sobre o que é *A Escola* e o que vem a ser, com razoável precisão, o termo *Rural*.

A Escola

Achamos evidente e pacífico que a escola, como uma variável dependente da sociedade, evolui segundo a dinâmica dessa sociedade, guardando, portanto, intensa correlação com os valores que ela possui ou aos quais aspira.

No tempo em que a escola era menos uma instituição social regulamentada do que uma comunidade, relativamente autônoma, de alunos que, ao lado do professor, mantinham uma relação de convívio permanente e, conseqüentemente, mais profundo, ela agregava, naturalmente, à função informativa, uma função formativa.

O mestre não era, apenas, um transmissor de conhecimentos mas uma espécie de modelo, de guia ou orientador do crescimento e da formação interior dos seus discípulos. A Revolução Francesa democratizou a Escola. À proporção que a sociedade se democratizou, a escola também o fez. A necessidade de escolarização passou a ser uma aspiração da maioria ou de todos e, assim, a sociedade foi forçada a institucionalizar a escola. A escola democratizada, instituciona-

lizada, foi obrigada a reduzir, pouco a pouco, sua função formativa pela pressão das necessidades de sua função informativa. É a queda natural da qualidade quando a quantidade se impõe, como exigência inicial, numa primeira etapa. A partir desse momento, a informação teve que ser, naturalmente, ordenada em graus e níveis, segundo um esquema curricular e um conteúdo programático definidos, tão mais geral quanto mais primários fossem os níveis de ensino.

Como instituição, ela teria que se auto-sustentar e auto-regular, o que só poderia ser feito através de uma legislação normativa e de uma estrutura pedagógica e administrativa definidas. Não se pode esquecer que, em uma instituição, é preciso regulamentar, inclusive, o grau de liberdade concedido, como devem ser entendidas as opções pedagógicas e administrativas permitidas desde que os conteúdos curriculares não sejam prejudicados. Não se pode esquecer, também, que este rigor normativo é o que garante que todos recebam o mínimo a que têm direito.

A escola tem hoje, evidentemente, um caráter de instituição do qual não é possível fugir sem ferir o realismo da reflexão. Tem uma atividade eminentemente informativa e uma função social. A formação individual terá que ser assumida pelo indivíduo com o instrumental que lhe é fornecido na escola e fora dela. A escola, portanto, vale pela sua função social e é como tal que está sendo encarada no presente trabalho.

Além disso, é válido lembrar que a sociedade dispõe de uma série de outras instituições - com estruturas menos rígidas decorrentes de objetivos menos urgentes e prementes do que o ofício de ensinar a ler a toda a população jovem - que vêm exercendo uma série de atividades educativas na área dos esportes e da cultura, por exemplo. Objetar-se-á que a escola bem poderia assumir algumas dessas funções. Não acreditamos, no entanto, viável nem necessário se as outras instituições desempenham bem melhor essas funções.

E perguntamos: por que não ampliar as perspectivas dos programas educacionais contando, como oferta, com os serviços de caráter educacional prestados por outras instituições? Por que não limitar a função da escola à tarefa da transmissão dos seus conteú-

dos curriculares tradicionais, fazendo-o bem? Por que agregar novas funções antes de saber executar bem as funções tradicionais? Por que transformar a escola num clube social, numa loja, banco ou oficina se, como funções adicionais da escola, elas nunca passarão de simulações mais ou menos estanques e ineficazes? Por que brincar de oficina na escola, possuindo uma oficina real na vizinhança?

A Zona Rural

Parece existir uma série de equívocos cuja identificação, possivelmente, facilitaria o conhecimento do tipo de sociedade resultante do modo de vida rural. Alinhamos, em seguida, algumas dessas dificuldades comuns e frequentes, a título de especulação, acreditando que a tentativa de identificar bem o problema, reduzindo-o aos seus elementos básicos, com razoável aproximação, facilita a formulação de hipóteses que se poderão tornar objeto de pesquisa.

a) Categorias e Parâmetros Rurais

Qualquer análise destinada à caracterização da zona rural deve ser feita em relação a seus valores intrínsecos e, não, sobre valores estranhos a ela, valores urbanos, por exemplo.

É possível que uma das dificuldades maiores que comprometem o conhecimento da zona rural resulte do fato de serem os estudos baseados em proposições emitidas por técnicos afeitos a valores urbanos e por eles referenciados, estejam estes técnicos conscientes, ou não, do seu envolvimento. São muito conhecidos os lugares comuns segundo os quais a população rural é dada como pobre e marginalizada pelo fato de não possuir, não assimilar certos tipos de bens necessários ao bem estar urbano ou, quem sabe, sequer a eles aspirar. É possível que parte da população rural seja marginalizada em referência a certos padrões rurais; no entanto, ela jamais poderá ser dita marginalizada em relação a padrões urbanos que não são os seus padrões. O mesmo raciocínio é válido quanto aos níveis de pobreza. O bem estar urbano é diferente do bem estar rural e, às ve-

zes, diametralmente oposto. O mal estar que o habitante da cidade pode sentir no campo é proporcional ao mal estar que a cidade oferece ao camponês. O silêncio e a solidão do campo enervam tanto o homem da cidade quanto o aglomerado e o barulho da cidade enervam o camponês.

Não se trata de erigir valores absolutos, urbanos ou rurais. Acreditamos, inclusive, que estes valores são complementares e, quem sabe, necessários à estabilidade e à harmonia da sociedade como um todo. Trata-se de descobrir o que vem a ser o bem estar para estes dois tipos diferentes de aglomerados humanos e tratar cada um segundo as suas características, necessidades e aspirações, sem querer impor a um deles as características do outro nem classificar um, segundo os critérios de classificação próprios do outro. Em síntese, para problemas rurais, é preciso encontrar, antes de mais nada, as categorias e os parâmetros rurais.

b) Superestima dos valores urbanos

Considerando que: 1 - o poder de decisão bem como a posse e uso dos bens resultantes do desenvolvimento tecnológico concentram-se na cidade; 2 - a sociedade urbana, até bem pouco tempo e ainda agora, está, de certo modo, fortemente deslumbrada com o sucesso rápido da tecnologia, colocando-a como uma espécie de bem supremo; 3 - a sociedade urbana, em consequência de sua distribuição espacial específica, do impacto dos meios de comunicação e da identificação em torno de problemas comuns torna-se, facilmente, mais uniforme e coesa. Segue-se uma espécie de supervalorização do modo de vida urbano em detrimento do modo de vida rural, frequentemente dado como primário e inferior. Sendo a sociedade e a cultura urbanas dominantes e coesas, é de se esperar e se observa, com muita frequência, que a mesma exerce uma espécie de opressão cultural sobre as populações rurais. Assim é que os valores urbanos se sobrepõem aos valores rurais e se estabelecem graus onde a relação de maior ou menor, melhor ou pior, não se aplica. Em se tratando de culturas diferenciadas, não se pode dizer que sejam melhores ou piores, maiores ou menores mas, apenas, que são diferentes.

A cultura rural não pode ser vista como inferior à ur-

ba na nem como alienada da cultura em geral, pelo fato de ser rural e, não, urbana e pelo engano de se ter erigido a cultura urbana como genericamente válida, como padrão universal, acriticamente.

c) Relações Cidade-Campo

Já dissemos, que os dois tipos específicos de cultura oriundos das sociedades urbanas e rurais são complementares e, consequentemente, necessários. Parece que há uma dominante de dinamicidade na sociedade e cultura urbanas em contraposição a uma dominante de estabilidade na sociedade e cultura rurais. Considerados como um todo, os dois elementos são necessários ao desenvolvimento da sociedade. Os elementos de mudança têm que ter um suporte de estabilidade que impeça a desagregação. Os elementos estáveis necessitam da dinâmica que evite a estagnação.

Em termos práticos, o que observamos é mais ou menos o seguinte: a pluralidade crescente do trabalho, das diversões, das aspirações geradas pelo estímulo da diversificação do consumo conferem, à vida urbana, essa instabilidade decorrente da crescente multiplicação de suas necessidades. Podemos dizer que o modo de vida urbano favorece a proliferação de crescentes necessidades. Isso explica, em parte, inclusive, a apetência crescente da população urbana pela escola que está sendo obrigada a expandir-se e diversificar-se em níveis e graus de ascensão escolar e de especialização os mais diversos e desordenados.

Paradoxalmente, quanto mais o modo de vida urbano favorece a oferta e o consumo de bens os mais sofisticados, mais as populações urbanas se distanciam da auto-suficiência em termos da satisfação de suas necessidades vitais básicas. Quanto mais se produz e consome o supérfluo, menos se é capaz de garantir o essencial. Talvez por isso, a sociedade urbana apresente, também, fortes tendências à inquietação e à instabilidade.

A sociedade rural, contrariamente, é auto-suficiente em relação à satisfação de suas necessidades vitais básicas. O que lhe falta é, frequentemente, o supérfluo. Quem sabe, provém daí, também, a sua tranquilidade e estabilidade?

Nas relações entre a cidade e o campo, devemos observar o seguinte: a cidade depende do campo, basicamente, ou seja, por questões de subsistência. A recíproca, no entanto, não é verdadeira. O campo é capaz de sobreviver por si mesmo. Entretanto, não se trata, evidentemente, apenas de sobreviver, senão, como se explicaria a atração que a cidade exerce sobre as populações rurais? A partir daí, quais as consequências para a cidade e para o campo desse estado de coisas? Quais as possibilidades de equilíbrio que favoreçam a troca dos bens rurais e urbanos capazes de satisfazer às exigências desses dois tipos de agregados populacionais? Como manter esta relação sem permitir que uns valores se sobreponham aos outros e que uma cultura sufoque a outra? Qual o papel da escola diante desse quadro?

d) Expectativas das Populações Rurais em Relação à Escola

A população rural aparenta menor apetência e menores expectativas em relação à escola do que a população urbana. Tentando supor algumas das causas dessa inapetência, observamos que, enquanto para a população urbana, a escolaridade é, cada dia mais, um bem de primeira necessidade, na zona rural, o fato não se dá com a mesma intensidade. A comunidade rural, não tem, pela escola, uma necessidade tão radical. Sua subsistência, sua sobrevivência é possível sem a escola. Não se exige diploma a um candidato ao trabalho rural, normalmente. Esse formalismo é uma *conquista* urbana. A simplicidade da vida rural confere, às suas populações, uma espécie de senso comum do essencial. Mesmo quando a necessidade da escola é freqüente e premente, o que se exige dela, em termos de conteúdo, é bem menor do que o que se exige de uma escola urbana. O sentido do essencial funciona, outra vez, e nos parece que se a escola ensinasse bem o homem do campo a ler, escrever e contar, ele se daria por satisfeito a não ser que a escola se lhe apresente como um passaporte de migração para a cidade, o que, também, parece freqüente. A simplicidade da cultura simplifica as aspirações escolares.

Em resumo, a sofisticação da vida urbana e o formalismo crescente da sua cultura tornam as populações dessas áreas cada vez mais dependentes da escola, menos pelos seus conteúdos curriculares do que pelos diplomas e títulos que só a ela é dado conferir. E o título é um passaporte na vida urbana atual.

Concluimos com a hipótese, segundo a qual a apetência escolar urbana é tanto maior quanto maior for a sua dependência dos conteúdos e títulos escolares para a sobrevivência na cidade. A segunda hipótese é correlata: as populações rurais dependem menos da escola e, por este motivo, a procuram com menor frequência.

Além dos problemas levantados, ainda outros, complementares, podem ser acrescentados. São eles: a) as populações rurais têm pouca apetência pela escola, em geral, ou por esta escola que lhe está sendo oferecida? b) qual a relação existente, no Nordeste, entre a apetência escolar da população rural e os estágios de evolução destas comunidades rurais?

e) Universalidade do Modo de Vida Rural

Com exceção das diferenças resultantes das condições geográficas e geo-econômicas que favorecem diferentes tipos de atividades agrícolas e pastoris, as características sócio-culturais das populações rurais dadas, basicamente, pelo tipo especial de distribuição da população no espaço e pelo maior convívio com a natureza são, praticamente, uniformes em todo o espaço rural nordestino. Essa universalidade facilita a generalização de experiências educacionais porventura bem sucedidas. Alguma ressalva poderá ser feita para o caso de áreas isoladas onde certas interferências externas, de ordem econômica, têm transformado a atividade estritamente primária do setor rural, conferindo-lhe um caráter agro-industrial. Eliminando certos preconceitos de origem urbana, a compreensão do problema rural parece simples. O mesmo podemos dizer em relação aos problemas educacionais dessas populações cuja simplicidade favorece a generalização das soluções que venham a ser encontradas para a escola rural.

A Escola Rural

Colocadas as questões anteriores sobre o que estamos entendendo por *escola* e relacionados alguns dos elementos básicos cujo estudo facilitará a compreensão do que vem a ser *rural*, é possível passarmos a algumas especulações sobre o que é ou poderia ser a escola rural.

As preocupações mais comuns com a escola rural quase sempre se centralizam sobre um problema que nos parece posterior - o problema da comunicação para populações rurais. Na maioria das vezes em que se discute sobre a escola rural, começa-se por propor técnicas e sugerir formas de comunicação e, não, por analisar conteúdos. No entanto, o problema dos conteúdos escolares a serem ofertados à população rural parece-nos o problema não apenas principal como, também, anterior a todos os demais.

É evidente que temos que saber, com razoável segurança, o que *transmitir* antes de propor qualquer questão relacionada com o *como transmitir*. Aliás, essa inversão da ordem natural das coisas, fazendo com que se tente sofisticar, cada dia mais, as formas e meios de comunicação sem que nada se questione acerca dos seus conteúdos, é um vício crescente na sociedade urbana atual. Há muita gente que entende de comunicação mas bem pouca tem, realmente, o que comunicar.

A nosso ver, o problema é exatamente, o inverso: haverdo o que comunicar, a forma decorre quase espontaneamente e não vem a ser tão grave problema. A professora atual, rural ou não, bem poucas vezes deve sua ineficiência a falhas de comunicação mas, quase sempre, ela é ineficiente porque não domina os conteúdos que deveria dominar, enquanto professora. Na zona rural, os meninos não aprendem porque a professora também não sabe e não sabe, basicamente, o que ensinar. Ela não sabe a língua, não a domina, como saberia ensinar?

Isto posto, pensamos que poderia ser dada ao problema a seguinte ordem:

1º) Que é a vida rural, qual a sua dinâmica?

2º) Dentro desse modo de vida, quais as aspirações sócio-culturais da população?

3º) Quais as relações cidade-campo aceitáveis? (Até que ponto é aceitável a absorção de valores urbanos pelas populações rurais sem descaracterizar o modo de vida rural?)

4º) Qual a relação de dependência cidade-campo, não só em termos de subsistência, mas em termos de valores?

5º) Quais os níveis aceitáveis para as migrações campo-cidade, tanto do ponto de vista do campo, como do ponto de vista da cidade?

6º) Quais as aspirações educacionais da população rural?

7º) O que a população rural requer da sua escola?

8º) Quais os conteúdos educacionais necessários à população rural, com que graus e níveis?

9º) Qual o tipo de escola desejado pela população rural, em termos de forma, localização e método?

10º) A escola rural atual tem apoiado os conteúdos culturais próprios da sociedade rural ou os tem desvirtuado e desestimulado?

11º) Como comunicar às populações rurais os conteúdos educacionais definidos, na forma adequada ao modo de vida rural? Com que técnica, com que tipo de pessoas e sob que forma, segundo padrões rurais de interesse, necessidades e aspirações?

12º) Quais as causas da inapetência escolar da população rural?

É evidente que a necessidade do domínio de certos conteúdos curriculares próprios da escola elementar é universal, quer as pessoas se encontrem no campo ou na cidade. É o caso do domínio da leitura, da escrita, de noções básicas de matemática e, até, de noções elementares sobre natureza e cultura. Mas é, também, verdade que os textos capazes de motivar uma criança do campo são diferentes daqueles que motivam as crianças da cidade. O mesmo se poderá dizer da abordagem do assunto, do método e, até, da técnica de transmissão.

Ora, o currículo do 1º grau, em seu conteúdo comum, uniforme para todo o território nacional, é um currículo urbano. Se a tônica, o interesse central é um interesse urbano, segue-se que a escola, agregada aos meios de comunicação em geral, tendentes à valorização do modo de vida urbano, contribui, com maior ou menor intensidade, para estimular o êxodo rural. É possível que haja uma política geral favorável à urbanização mas é pouco provável que se pretenda estimular a emigração rural além de certos níveis que podem agravar problemas urbanos já bastante complexos. Se isto for verdade e se uma certa contenção da emigração rural for necessária, é preciso que a escola rural assuma a sua parcela de responsabilidade, tornando-se, de fato, rural.

Quanto à urgência com que se deve tratar o problema da escola rural, limitamo-nos a lembrar que: 1º) Em 1985, cerca de 50% da população escolarizável do Nordeste ainda será rural; 2º) A meta governamental, para o País, é a universalização do 1º grau para todas as crianças na faixa dos 7 aos 14 anos, o que, no Nordeste, significa mais da metade do esforço de escolarização; 3º) Mantidas as proporções da migração campo-cidade, o contingente de população não escolarizada, oriunda do campo, nas cidades, será tanto maior quanto menor o esforço de escolarização no campo. O fato poderá anular todo o esforço urbano de escolarização na faixa etária regular.

Pelo que foi descrito, é possível concluir, como o fizemos inicialmente, afirmando que há duas áreas simultâneas a serem desenvolvidas na zona rural, tratando-se da escolarização das crianças entre 7 e 14 anos:

A primeira refere-se aos estudos, pesquisas e possíveis experimentos destinados a elucidar, pelo menos, algumas das questões propostas ao longo do presente trabalho.

A segunda restringe-se à melhoria da rede escolar existente, tal qual se apresenta, num esforço destinado a diminuir o deficit escolar rural e melhorar a qualidade do ensino ministrado, sem qualquer alteração dos conteúdos, formas, técnicas ou estrutura dessa rede escolar, no momento.

2. SÍNTESE DA SITUAÇÃO DO ENSINO NA ZONA RURAL DO NORDESTE

O primeiro fato que se observa é a magnitude da população rural do Nordeste, 58,7%, em 1970, e 50,4%, em 1985 (Tabela 1). A juventude desta população é o segundo fato que se impõe: 22,3% da mesma é constituída por pessoas entre 7 e 14 anos. Isto significa, para efeito do setor educacional, que 59,7% da população escolarizável do Nordeste era rural, em 1970, e que 51,6% ainda o será, em 1985 (Tabela 2).

A distribuição espacial da população rural gera uma série de problemas, de natureza diversa, os quais podem ser sintetizados como se segue.

Problemas de natureza administrativa: dificuldade de supervisão e assistência ao professorado; de distribuição de material e controle de sua utilização; de assistência regular ao educando e de prestação de todos os serviços básicos à escola, à professora e ao aluno; de manutenção da rede física e dos serviços, etc.

Problemas de natureza técnico-pedagógica: insuficiência ou inexistência de assistência técnica ao professorado e ao aluno; acompanhamento precário dos resultados da aprendizagem; presença quase inexistente de supervisão; isolamento do professor im-

pedindo a troca de experiências, etc.

Os problemas referidos refletem-se no planejamento educacional, dificultando as estatísticas e a pesquisa, o que ocasiona um frágil domínio da problemática da zona rural, por parte dos planejadores e administradores do sistema.

Vale ressaltar que o isolamento da rede escolar rural atinge, às vezes, dimensões tais que são, forçadamente, se pode afirmar que esta rede faz parte dos sistemas estaduais de educação. O expontaneismo predomina no surgimento e desenvolvimento das escolas rurais que possuem muito poucas das características que constituem uma escola, dentro da concepção dos sistemas estaduais de educação, desde as instalações físicas até a administração do ensino propriamente dito, observância de critérios curriculares básicos, padrões de aprendizagem e de organização de classes, turnos, etc.

Apesar de todos os problemas citados, observamos a expressiva participação da rede escolar rural na totalidade dos sistemas de ensino: 45,5% da matrícula, em 1970, e 48,7%, em 1985. Nas Tabelas 3, 4 e 5 e Gráficos correspondentes, vemos a participação da escola rural em termos de matrícula, nº de salas de aula e de professores.

A concentração da matrícula na 1ª. série - 75% - (Tabela 6 e Gráfico 4) revela a precariedade do ensino rural, cujo baixo índice de rentabilidade deve ser o responsável pela retenção de 3/4 da população matriculada, na 1ª. série.

A extrema distorção etária, por série, objeto das Tabelas 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4 e Gráfico 5, é um dos indicadores de baixa rentabilidade, funcionando, também, como uma de suas causas. Essa distorção favorece a proliferação das classes multisseriadas, de reconhecida ineficácia, e dificulta a aprendizagem do aluno e o ensino, por parte do professor, que é obrigado a administrar um mesmo conteúdo ou vários, a classes de idades diferentes, em termos de interesses e motivações.

A precariedade da rede física é suficientemente compro

vada nos números da Tabela 7 e Gráfico 6. A utilização das salas é, também, precária - quase 70% funcionam em apenas um turno. Isto, no entanto, é justificável e não chega a ser motivo de grande preocupação, se consideramos os índices de dispersão da população rural.

Aliado a todos os problemas, ressalte-se o fato de que a quase totalidade das escolas rurais está sob a dependência das administrações municipais (Tabela 8 e Gráficos 8 e 9). Ora, é conhecida a pobreza de recursos das Prefeituras Municipais e a baixa qualidade dos serviços educacionais que estas são capazes de manter.

A participação de professores diplomados no corpo docente da zona rural é mínima, sobretudo na rede municipal que é a mais significativa (Tabela 9 e Gráfico 10).

Como resultante da série de problemas apresentados, o déficit de escolaridade da zona rural é de mais de 60% da população escolarizável (Tabela 10 e Gráfico 11).

Para fazer face a déficit desta magnitude, o sistema educacional do Nordeste teria que fazer funcionar mais 64 mil salas de aula, além das existentes, e ampliar o número de professores diplomados para cerca de 110 mil (Tabela 11 e Gráfico 12).

Diante do problema exposto, resta propor o que nos parece acessível e viável, sem grandes pretensões ou ilusões. É o que se apresenta no capítulo seguinte intitulado *Proposta de Programa*.

TABELA 1

BRASIL, SÃO PAULO, NORDESTE E ESTADOS

POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO RURAL

- 1970 E ESTIMATIVA PARA 1975/80/85 -

Á R E A	1970			1975			1980			1985		
	População Total	População Rural		População Total	População Rural		População Total	População Rural		População Total	População Rural	
		Números Absolutos	%		Números Absolutos	%		Números Absolutos	%		Números Absolutos	%
Brasil	93.204.400	41.105.900	44,1	107.660.900	43.114.000	40,0	124.116.400	45.003.300	36,3	143.195.100	48.419.800	33,8
São Paulo	17.771.900	3.495.700	19,7	20.746.200	2.800.300	13,5	24.223.700	1.891.900	7,8	28.277.200	2.205.600	7,8
Nordeste	29.074.700	17.054.800	58,7	33.216.600	18.529.300	55,8	37.679.400	19.946.000	52,9	42.868.000	21.618.400	50,4
Maranhão	2.992.700	2.240.700	74,9	3.341.900	2.389.300	71,5	3.723.300	2.544.500	68,3	4.162.600	2.723.200	65,4
Piauí	1.680.600	1.144.000	68,1	1.998.600	1.290.500	64,6	2.328.500	1.436.400	61,7	2.748.600	1.644.500	59,8
Ceará	4.361.600	2.581.500	59,2	5.136.900	2.941.800	57,3	5.944.200	3.268.800	55,0	6.880.100	3.647.900	53,0
Rio Grande do Norte	1.550.300	812.900	52,4	1.865.700	938.000	50,3	2.183.700	1.034.900	47,4	2.549.900	1.146.500	45,0
Paraíba	2.382.700	1.380.500	57,9	2.684.400	1.491.000	55,5	2.983.600	1.572.300	52,7	3.328.000	1.665.800	50,1
Pernambuco	5.160.600	2.349.800	45,5	5.877.800	2.453.600	41,7	6.658.500	2.531.400	38,0	7.557.800	2.621.100	34,7
Alagoas	1.588.100	956.400	60,2	1.793.600	1.031.700	57,5	2.028.100	1.116.500	55,1	2.298.200	1.214.100	52,8
Sergipe	900.700	485.300	53,9	995.700	504.200	50,6	1.101.400	522.100	47,4	1.223.000	542.600	44,4
Bahia	7.493.500	4.408.000	58,8	8.473.800	4.742.400	56,0	9.588.200	5.117.400	53,4	10.880.200	5.552.100	51,0
Minas Gerais	963.900	695.700	72,2	1.048.200	746.800	71,2	1.139.900	801.700	70,3	1.239.600	860.600	69,4

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, no prelo.

TABELA 2

BRASIL, SÃO PAULO, NORDESTE E ESTADOS

POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E POPULAÇÃO RURAL ESCOLARIZÁVEL

- 1970 e ESTIMATIVA PARA 1975/80/85 -

Á R E A	1970			1975			1980			1985		
	População Escalarizável	População Rural Escalarizável		População Escalarizável	População Rural Escalarizável		População Escalarizável	População Rural Escalarizável		População Escalarizável	População Rural Escalarizável	
		Números Absolutos	%		Números Absolutos	%		Números Absolutos	%		Números Absolutos	%
Brasil	19.385.400	8.549.000	44,1	22.393.500	8.967.700	40,0	25.816.200	9.360.700	36,3	29.784.600	10.071.300	33,8
São Paulo	3.411.500	768.600	22,5	3.983.300	663.300	16,6	4.652.900	519.700	11,2	5.429.200	606.000	11,2
Nordeste	6.358.600	3.796.200	59,7	7.255.100	4.125.000	56,8	8.224.100	4.444.400	54,0	9.350.600	4.822.900	51,6
Maranhão	667.600	497.200	74,5	745.200	529.900	71,1	830.300	563.900	68,0	928.300	604.600	65,2
Piauí	384.800	262.500	68,2	456.900	295.500	64,7	532.300	328.900	61,8	628.300	376.600	59,9
Ceará	943.400	572.800	60,7	1.109.600	653.000	58,8	1.283.900	727.400	56,7	1.486.100	813.800	54,8
Rio Grande do Norte	332.700	175.900	52,9	401.100	203.500	50,7	469.500	224.800	47,9	548.200	249.300	45,5
Paraíba	509.800	303.600	59,6	573.800	328.000	57,2	636.600	345.900	54,3	708.900	366.500	51,7
Pernambuco	1.098.700	516.400	47,0	1.246.100	537.300	43,1	1.408.700	554.400	39,4	1.595.900	574.000	36,0
Alagoas	345.800	213.200	61,7	390.100	230.100	59,0	440.400	249.000	56,5	498.400	270.700	54,3
Sergipe	201.200	111.100	55,2	222.100	115.500	52,0	245.400	119.600	48,7	271.800	124.200	45,7
Bahia	1.648.300	981.200	59,5	1.864.200	1.058.200	56,8	2.109.400	1.143.700	54,2	2.396.600	1.242.700	51,9
Minas Gerais	226.300	162.300	71,7	246.000	174.000	70,7	267.600	186.800	69,8	291.100	200.500	68,9

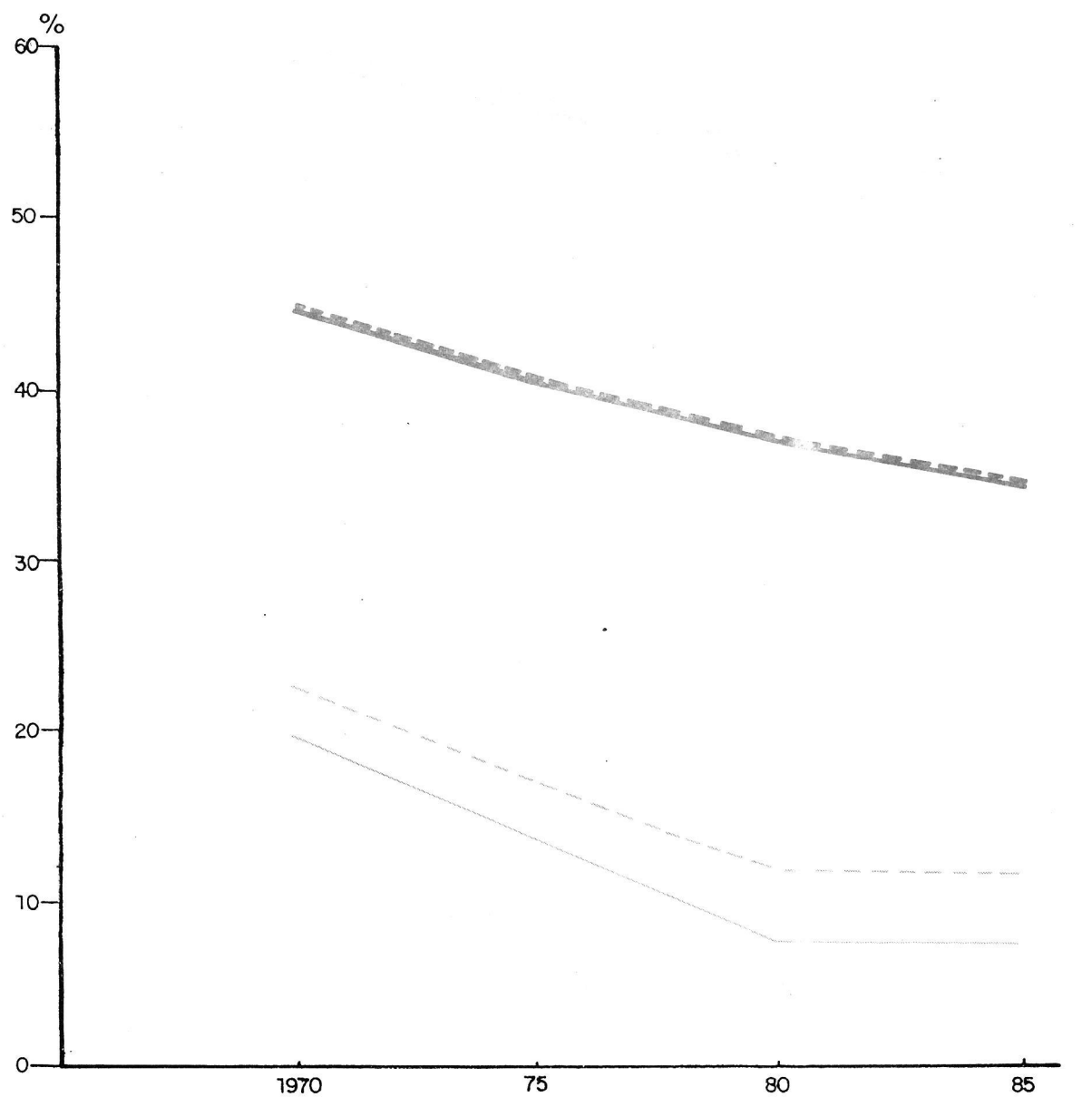
FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, não prelo.

BRASIL, SÃO PAULO, NORDESTE E ESTADOS

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL NA TOTAL E DA ESCOLARIZÁVEL
RURAL NA ESCOLARIZÁVEL TOTAL

- 1970 E ESTIMATIVA PARA 1975/80/85 -



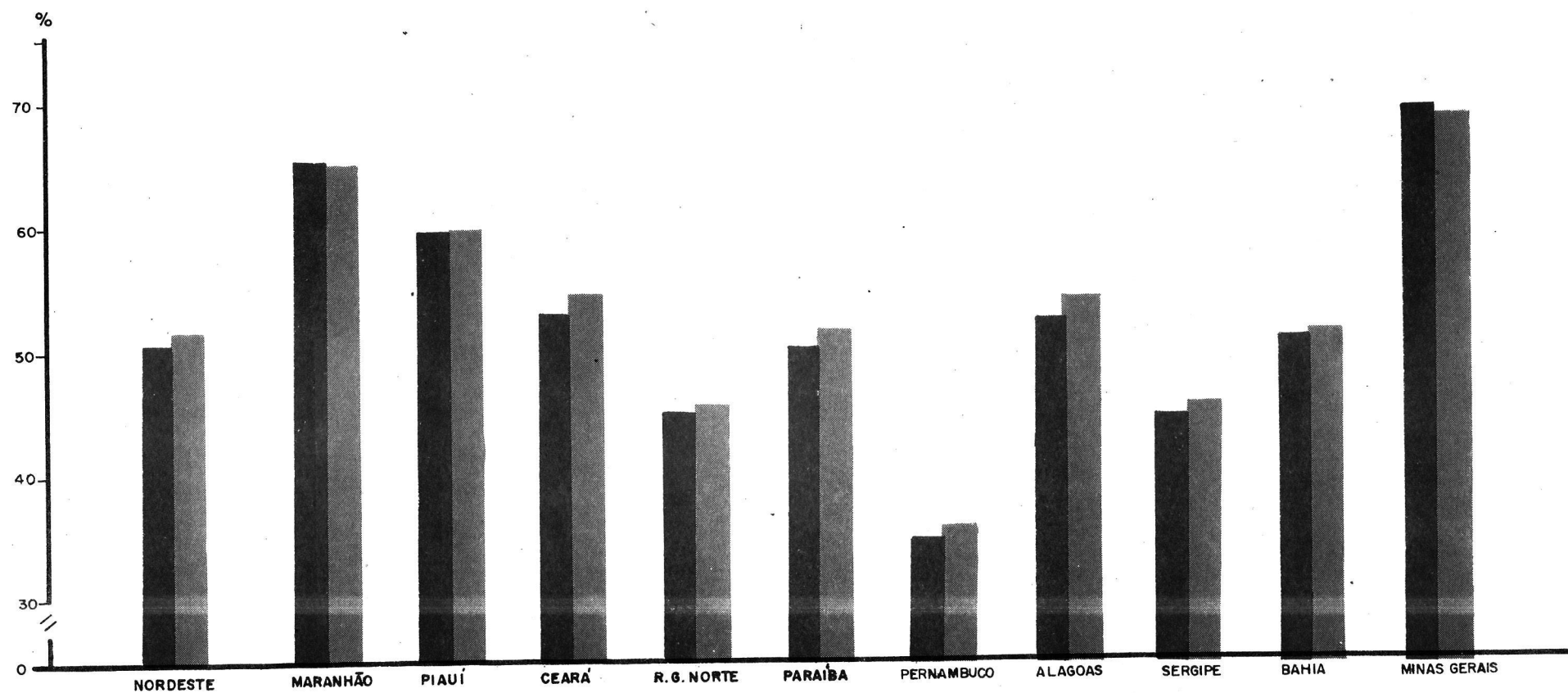
LEGENDA:

POPULAÇÃO RURAL DO BRASIL
POPULAÇÃO RURAL DE S. PAULO
POPULAÇÃO RURAL DO NORDESTE

POPULAÇÃO RURAL ESCOLARIZÁVEL DO BRASIL
POPULAÇÃO RURAL ESCOLARIZÁVEL DE S. PAULO
POPULAÇÃO RURAL ESCOLARIZÁVEL DO NORDESTE

GRÁFICO 2
NORDESTE E ESTADOS
ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª Série)
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RURAL NA TOTAL E DA ESCOLARIZÁVEL RURAL NA ESCOLARIZÁVEL TOTAL

- 1985 -



LEGENDA:

- POPULAÇÃO RURAL
- POPULAÇÃO RURAL ESCOLARIZÁVEL

FONTE: TABELAS 1 E 2

TABELA 3

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA MATRÍCULA DA ZONA RURAL NA MATRÍCULA TOTAL

- 1965/70 E ESTIMATIVA PARA 1975/80/85 -

Á R E A	1965 %	1970		1975		1980		1985 %
		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	
Nordeste	44,2	1.452.920	45,5	1.894.290	47,5	2.312.310	48,1	48,7
Maranhão	55,9	211.100	59,6	283.760	61,3	367.950	62,1	62,6
Piauí	43,8	98.540	47,8	137.970	50,0	172.310	50,4	50,7
Ceará	50,0	182.390	43,9	242.170	45,6	290.920	45,3	45,1
Rio Grande do Norte	45,5	100.880	47,7	114.290	47,7	124.730	45,9	47,8
Paraíba	45,7	147.830	52,8	186.320	54,4	226.590	55,9	57,0
Pernambuco	36,8	237.570	37,2	305.220	40,0	367.170	40,4	40,4
Alagoas	42,6	85.840	45,0	111.360	45,8	136.080	46,4	46,8
Sergipe	50,2	50.200	40,7	59.140	40,0	68.960	38,7	37,8
Bahia	41,9	338.570	44,0	454.060	46,4	557.600	47,6	48,5

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, no prelo.

TABELA 4

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS SALAS DE AULA DA ZONA RURAL NO TOTAL DE SALAS DE AULA

- 1970/75/80 - (DADOS ESTIMADOS)

Á R E A	1970			1975			1980		
	Total	Zona Rural		Total	Zona Rural		Total	Zona Rural	
		Números Absolutos	%		Números Absolutos	%		Números Absolutos	%
Nordeste	85.750	46.800	54,6	111.380	60.810	54,6	144.790	79.030	54,6
Maranhão	7.940	4.440	55,9	11.510	6.210	54,0	16.680	8.690	52,1
Piauí	4.070	2.210	54,3	4.520	2.350	52,0	5.050	2.500	49,5
Ceará	15.260	9.610	63,9	23.240	14.090	60,6	35.300	20.700	58,6
Rio Grande do Norte	4.980	2.940	59,0	5.220	3.080	59,0	5.500	3.240	58,9
Paraíba	8.820	5.230	59,3	12.240	7.160	58,5	17.010	9.800	57,6
Pernambuco	14.440	7.250	50,2	17.040	9.530	55,9	19.130	10.510	54,9
Alagoas	4.540	2.170	47,8	6.250	3.070	49,1	8.650	4.330	50,1
Sergipe	2.650	1.200	45,3	3.170	1.230	38,8	3.810	1.280	33,6
Bahia	20.470	10.180	49,7	25.460	12.440	48,9	30.780	16.250	52,8
Minas Gerais	2.580	1.570	60,9	2.730	1.650	60,4	2.880	1.730	60,1

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 2. Rede Física do Ensino de 1º e 2º Graus

Recife, SUDENE/DRH, 1976.

TABELA 5

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PROFESSORES DA ZONA RURAL NO TOTAL DE PROFESSORES

- 1962/71 E ESTIMATIVA PARA 1975/80/85 -

Á R E A	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970		1971	1975		1980		1985
									Números Absolutos	%		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	
Nordeste	40,1	41,5	42,0	41,1	40,9	41,6	41,8	43,6	44.620	41,6	42,2	59.150	42,5	71.310	42,6	42,4
Maranhão	49,0	50,1	50,2	51,8	53,3	53,7	52,7	53,2	5.470	56,0	55,9	7.350	56,2	8.490	54,4	52,6
Piauí	43,2	51,1	52,2	45,4	39,7	39,7	47,2	45,4	2.330	41,2	44,4	3.510	42,5	4.310	41,8	41,4
Ceará	43,4	48,3	44,5	46,7	49,6	45,6	43,6	47,2	7.390	41,9	45,0	9.690	44,4	11.590	44,8	43,7
Rio G. do Norte .	41,9	43,0	49,6	40,6	41,7	45,1	42,5	43,4	3.480	43,9	43,6	4.340	43,5	5.170	43,5	43,5
Paraíba	47,0	43,2	43,7	43,6	46,9	47,8	47,4	50,6	5.140	50,4	50,9	6.760	51,3	8.350	52,3	53,0
Pernambuco	39,4	35,3	33,9	35,6	34,6	34,5	36,3	37,9	7.150	34,8	36,1	9.640	35,8	11.660	35,8	35,8
Alagoas	39,7	38,9	39,8	39,7	41,4	42,1	39,8	41,1	2.420	40,3	43,3	3.260	42,4	4.010	42,8	43,2
Sergipe	40,5	42,0	39,0	46,2	38,2	40,5	38,7	41,4	1.310	35,3	32,7	1.600	34,0	1.870	32,4	31,8
Bahia	32,3	36,9	40,4	36,6	34,6	37,3	38,0	40,4	9.930	38,6	37,4	13.000	38,9	15.860	39,5	39,9

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, o prelo.

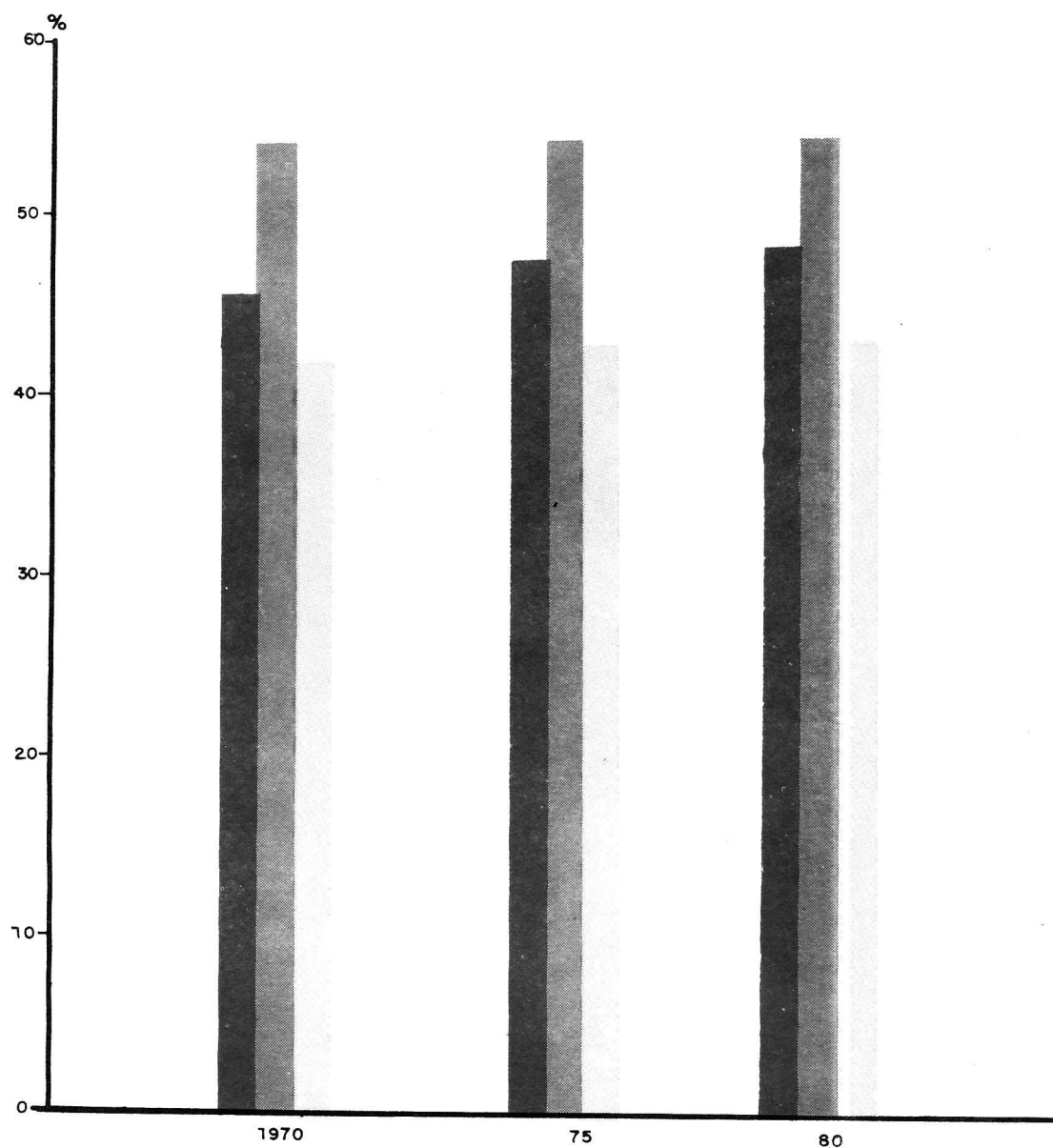
GRÁFICO 3

NORDESTE

ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª Série)

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA ZONA RURAL NO TOTAL DE MATRÍCULA, DE SALAS DE AULA E DE PROFESSORES

- 1970 -



LEGENDA :

-  MATRÍCULA
-  SALAS DE AULA
-  PROFESSORES

FONTE: TABELAS 3,4 e 5

TABELA 6

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

MATRÍCULA INICIAL POR SÉRIE NA ZONA RURAL

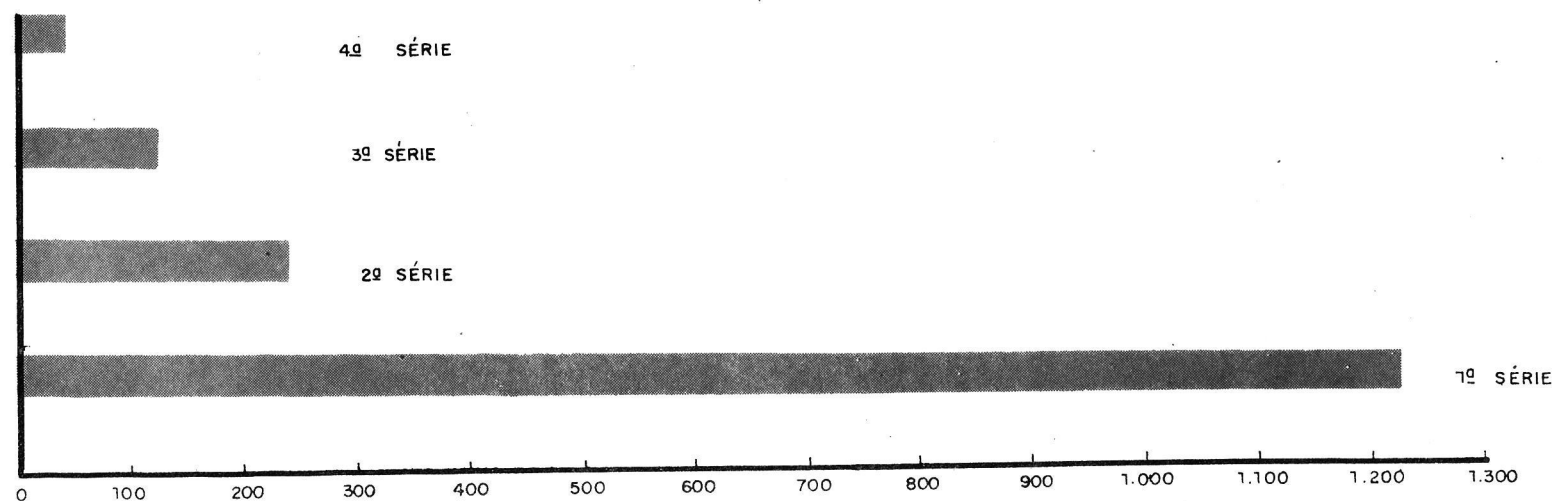
- 1971 -

Á R E A	TOTAL	S É R I E S							
		1a. Série		2a. Série		3a. Série		4a. Série	
		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Nordeste	1.642.990	1.226.770	74,7	243.050	14,8	123.400	7,5	49.770	3,0
Maranhão	212.290	156.070	73,6	35.970	16,9	14.740	6,9	5.510	2,6
Piauí	125.960	105.110	83,5	13.480	10,7	5.470	4,3	1.900	1,5
Ceará	224.720	188.120	83,7	21.430	9,5	10.900	4,9	4.270	1,9
Rio Grande do Norte	107.940	76.900	71,2	17.800	16,5	10.270	9,5	2.970	2,8
Paraíba	159.140	117.880	74,1	22.880	14,4	12.480	7,8	5.900	3,7
Pernambuco	264.130	174.660	66,1	44.880	17,0	30.270	11,5	14.320	5,4
Alagoas	95.570	71.230	74,5	13.150	13,8	8.140	8,5	3.050	3,2
Sergipe	53.640	40.410	75,3	8.080	15,1	3.700	6,9	1.450	2,7
Bahia	399.600	296.390	74,1	65.380	16,4	27.430	6,9	10.400	2,6

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, no prelo.

GRÁFICO 4
NORDESTE
ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª SÉRIE)
MATRÍCULA INICIAL POR SÉRIE NA ZONA RURAL
-1971-
(EM 1000 HABITANTES)



FONTE: TABELA 6

TABELA 6.1
NORDESTE E ESTADOS
ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)
MATRÍCULA INICIAL NA 1a. SÉRIE, POR IDADE, NA ZONA RURAL
- 1971 -

ÁREA	TOTAL	I D A D E S																			
		Menos de 7 anos		7 anos		8 anos		9 anos		10 anos		11 anos		12 anos		13 anos		14 anos		Mais de 14 anos (1)	
		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Nordeste	1.226.770	78.410	6,4	175.620	14,3	184.870	15,1	169.880	13,8	162.010	13,2	130.030	10,6	104.800	8,5	77.990	6,4	56.960	4,6	86.200	7,1
Maranhão	156.070	10.310	6,6	22.010	14,1	21.910	14,0	20.370	13,0	19.910	12,8	16.920	10,8	13.970	9,0	10.850	7,0	7.900	5,1	11.920	7,6
Piauí	105.110	3.500	3,3	13.080	12,4	13.710	13,0	12.960	12,3	13.720	13,1	12.120	11,5	10.810	10,3	8.730	8,3	6.950	6,6	9.530	9,2
Ceará	188.120	17.570	9,3	22.310	11,8	24.500	13,1	23.470	12,5	23.010	12,2	18.600	9,9	15.580	8,3	12.570	6,7	10.110	5,4	20.400	10,8
Rio Grande do Norte	76.900	4.290	5,6	12.520	16,3	12.550	16,3	11.270	14,6	10.580	13,8	7.850	10,2	5.820	7,6	4.240	5,5	3.010	3,9	4.770	6,2
Paraíba	117.880	9.520	8,1	18.100	15,4	19.310	16,3	17.070	14,5	14.810	12,6	11.140	9,4	8.730	7,4	6.600	5,6	4.820	4,1	7.780	6,6
Pernambuco	174.660	12.420	7,1	27.530	15,9	26.990	15,4	23.920	13,7	22.480	12,9	17.910	10,2	14.580	8,3	10.270	5,9	7.500	4,3	11.060	6,3
Alagoas	71.230	4.970	7,0	10.220	14,3	10.500	14,8	9.170	12,9	9.500	13,3	7.770	10,9	6.470	9,1	4.440	6,3	3.220	4,5	4.970	7,0
Sergipe	40.410	1.800	4,4	6.110	15,1	6.300	15,7	5.750	14,2	5.530	13,7	4.520	11,2	3.580	8,8	2.640	6,5	1.770	4,4	2.410	6,0
Bahia	296.390	14.030	4,7	43.740	14,8	49.100	16,6	45.900	15,5	42.470	14,3	33.200	11,2	25.260	8,5	17.650	6,0	11.680	3,9	13.360	4,5

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife. SUDENE/DRH, no prelo.

(1) Estão incluídos os não declarados, cujo percentual médio é de 6,3%.

TABELA 6.2

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

MATRÍCULA INICIAL NA 2a. SÉRIE, POR IDADE, NA ZONA RURAL

- 1971 -

Á R E Á	TOTAL	I D A D E S																	
		7 anos		8 anos		9 anos		10 anos		11 anos		12 anos		13 anos		14 anos		Mais de 14 anos (1)	
		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Nordeste	243.050	3.870	1,6	15.130	6,2	26.280	10,8	35.310	14,5	36.300	14,9	35.430	14,6	30.430	12,5	23.970	9,9	36.330	15,0
Maranhão	35.970	290	0,8	2.170	6,0	3.040	8,5	3.970	11,0	5.000	13,9	5.500	15,3	5.130	14,3	4.480	12,5	6.390	17,7
Piauí	13.480	160	1,2	290	2,2	580	4,3	1.160	8,6	1.670	12,4	2.150	15,9	2.310	17,1	2.150	15,9	3.010	22,4
Pernambuco	21.430	400	1,9	930	4,3	1.620	7,6	2.340	10,9	2.580	12,0	2.800	13,1	2.700	12,6	2.410	11,2	5.650	26,4
Rio Grande do Norte	17.800	210	1,2	970	5,4	1.950	11,0	2.570	14,4	2.490	14,0	2.470	13,9	2.240	12,6	1.780	10,0	3.120	17,5
Paraíba	22.880	270	1,2	1.040	4,5	2.590	11,3	3.380	14,8	3.320	14,5	3.140	13,7	2.830	12,4	2.350	10,3	3.960	17,3
Pernambuco	44.880	1.450	3,2	4.180	9,3	5.740	12,8	7.100	15,8	6.620	14,8	6.150	13,7	4.880	10,9	3.500	7,8	5.260	11,7
Alagoas	13.150	120	0,9	440	3,3	910	6,9	1.690	12,9	1.900	14,4	2.210	16,8	1.880	14,3	1.500	11,4	2.500	19,1
Sergipe	8.080	40	0,5	300	3,7	650	8,0	1.070	13,2	1.200	14,9	1.310	16,2	1.220	15,1	870	10,8	1.420	17,6
Bahia	65.380	930	1,4	4.810	7,4	9.200	14,1	12.030	18,4	11.520	17,6	9.700	14,8	7.240	11,1	4.930	7,5	5.020	7,7

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, no prelo.

(1) Estão incluídos os não declarados, cujo percentual médio é de 0,2%.

TABELA 6.3

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

MATRÍCULA INICIAL NA 3a. SÉRIE, POR IDADE, NA ZONA RURAL

- 1971 -

Á R E A	TOTAL	I D A D E S															
		8 anos		9 anos		10 anos		11 anos		12 anos		13 anos		14 anos		Mais de 14 anos (1)	
		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Nordeste	123.400	1.810	1,4	6.250	5,1	12.150	9,8	16.390	13,3	19.510	15,8	19.910	16,1	17.870	14,5	29.510	24,0
Maranhão	14.740	90	0,6	920	6,2	1.230	8,3	1.540	10,4	2.000	13,6	2.270	15,4	2.450	16,7	4.240	29,2
Piauí	5.470	40	0,7	80	1,5	230	4,2	390	7,1	630	11,5	880	16,1	1.130	20,6	2.090	38,3
Ceará	10.900	210	1,9	350	3,2	680	6,2	1.000	9,2	1.320	12,1	1.580	14,5	1.630	15,0	4.130	37,9
Rio G. do Norte ..	10.270	120	1,2	410	4,0	920	9,0	1.240	12,1	1.510	14,7	1.620	15,8	1.470	14,3	2.980	28,9
Paraíba	12.480	120	1,0	400	3,2	1.020	8,2	1.490	11,9	1.760	14,1	1.970	15,8	1.950	15,6	3.770	30,2
Pernambuco	30.270	760	2,5	2.100	6,9	3.750	12,4	4.570	15,1	5.200	17,2	4.780	15,8	3.980	13,1	5.130	17,0
Alagoas	8.140	80	1,0	160	2,0	480	5,9	890	10,9	1.250	15,4	1.420	17,4	1.290	15,8	2.570	31,6
Sergipe	3.700	20	0,5	100	2,7	300	8,1	450	12,2	550	14,9	660	17,8	600	16,2	1.020	27,6
Bahia	27.430	370	1,3	1.730	6,3	3.540	12,9	4.820	17,6	5.290	19,3	4.730	17,2	3.370	12,3	3.580	13,1

FONTE: SUDENE.-Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, no prelo

(1) Estão incluídos os não declarados, cujo percentual médio é de 0,2%.

TABELA 6.4

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

MATRÍCULA INICIAL NA 4a. SÉRIE, POR IDADE, NA ZONA RURAL

- 1971 -

Á R E A	TOTAL	I D A D E S													
		9 anos		10 anos		11 anos		12 anos		13 anos		14 anos		Mais de 14 anos (1)	
		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Nordeste	49.770	860	1,7	2.460	4,9	5.000	10,0	7.170	14,4	8.610	17,3	9.130	18,4	16.540	33,3
Maranhão	5.510	100	1,8	430	7,8	630	11,4	710	12,9	830	15,1	930	16,9	1.880	34,1
Piauí	1.900	20	1,0	30	1,6	60	3,2	170	8,9	250	13,2	400	21,0	970	51,1
Ceará	4.270	110	2,6	160	3,7	260	6,1	440	10,3	580	13,6	750	17,6	1.970	46,1
Rio Grande do Norte	2.970	50	1,7	150	5,0	280	9,4	430	14,5	540	18,2	510	17,2	1.010	34,0
Paraíba	5.900	40	0,7	210	3,6	500	8,5	700	11,9	940	15,9	1.040	17,6	2.470	41,8
Pernambuco	14.320	330	2,3	710	5,0	1.520	10,6	2.180	15,2	2.550	17,8	2.720	19,0	4.310	30,1
Alagoas	3.050	20	0,6	70	2,3	220	7,2	380	12,4	520	17,0	620	20,4	1.220	40,1
Sergipe	1.450	-	-	50	3,4	130	9,0	190	13,1	220	15,2	280	19,3	580	40,0
Bahia	10.400	190	1,8	650	6,2	1.400	13,5	1.970	18,9	2.180	21,0	1.880	18,1	2.130	20,5

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, no prelo.

(1) Estão incluídos os não declarados, cujo percentual médio é de 0,2%.

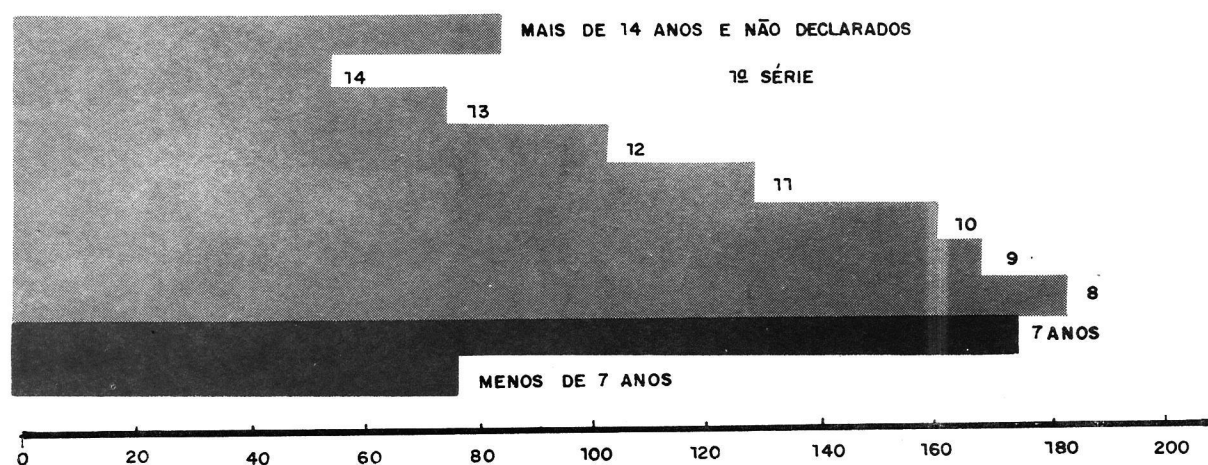
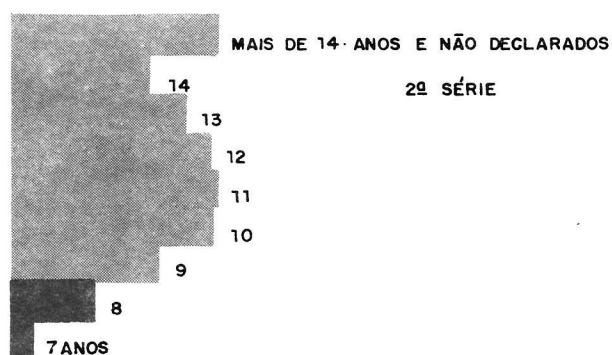
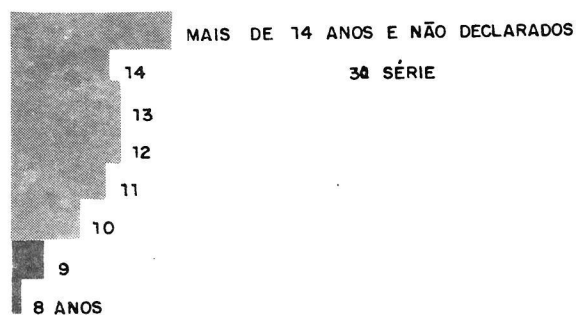
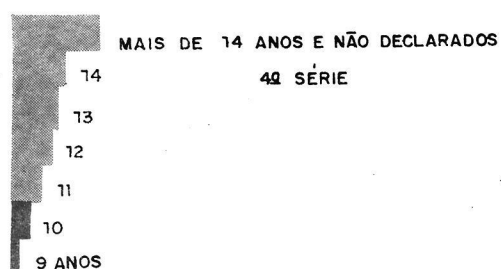
NORDESTE

ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª SÉRIE)

MATRÍCULA INICIAL POR SÉRIE E POR IDADE NA ZONA RURAL

- 1971 -

(EM 1.000 HABITANTES)



LEGENDA



IDADE CORRETA NA SÉRIE



DISTORÇÃO ETÁRIA

FONTE: TABELAS 6.1, 6.2, 6.3, E 6.4

TABELA 7

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

DESCRIÇÃO DA REDE FÍSICA DA ZONA RURAL

- 1970 -

Á R E A	RELAÇÃO SA- LAS DE AU- LA/PREDIO	NÚMERO DE PRÉDIOS ESCOLARES	PERCENTUAL DA DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS NOS PRÉDIOS ESCOLARES			NÚMERO DE SALAS DE AULA	UTILIZAÇÃO MÉDIA DAS SALAS DE AULA POR TURNO		
			Água Encanada	Saneamento	Iluminação Elétrica		1 Turno	2 Turnos	3 Turnos
Nordeste	1,1	42.130	18,9	38,8	12,7	46.800	68,4	25,1	6,5
Maranhão	1,2	3.700	6,8	36,3	5,3	4.440	-	-	-
Piauí	1,1	2.010	6,8	36,3	5,3	2.210	-	-	-
Ceará	1,1	8.730	44,6	68,0	9,2	9.610	-	-	-
Rio Grande do Norte	1,1	2.680	31,0	85,7	6,3	2.940	-	-	-
Paraíba	1,1	4.750	5,8	31,4	16,5	5.230	-	-	-
Pernambuco	1,1	6.590	9,0	54,2	23,6	7.250	-	-	-
Alagoas	1,1	1.980	13,5	57,0	79,4	2.170	-	-	-
Sergipe	1,0	1.200	18,9	59,0	10,4	1.200	-	-	-
Bahia	1,1	9.240	18,1	45,2	12,9	10.180	-	-	-
Minas Gerais	1,2	1.250	7,8	4,3	9,3	1.570	-	-	-

FONTE: SUDENE -Nordeste e Educação - 2. Rede Física do Ensino de 1º e 2º Graus

Recife, SUDENE/DRH, 1976.

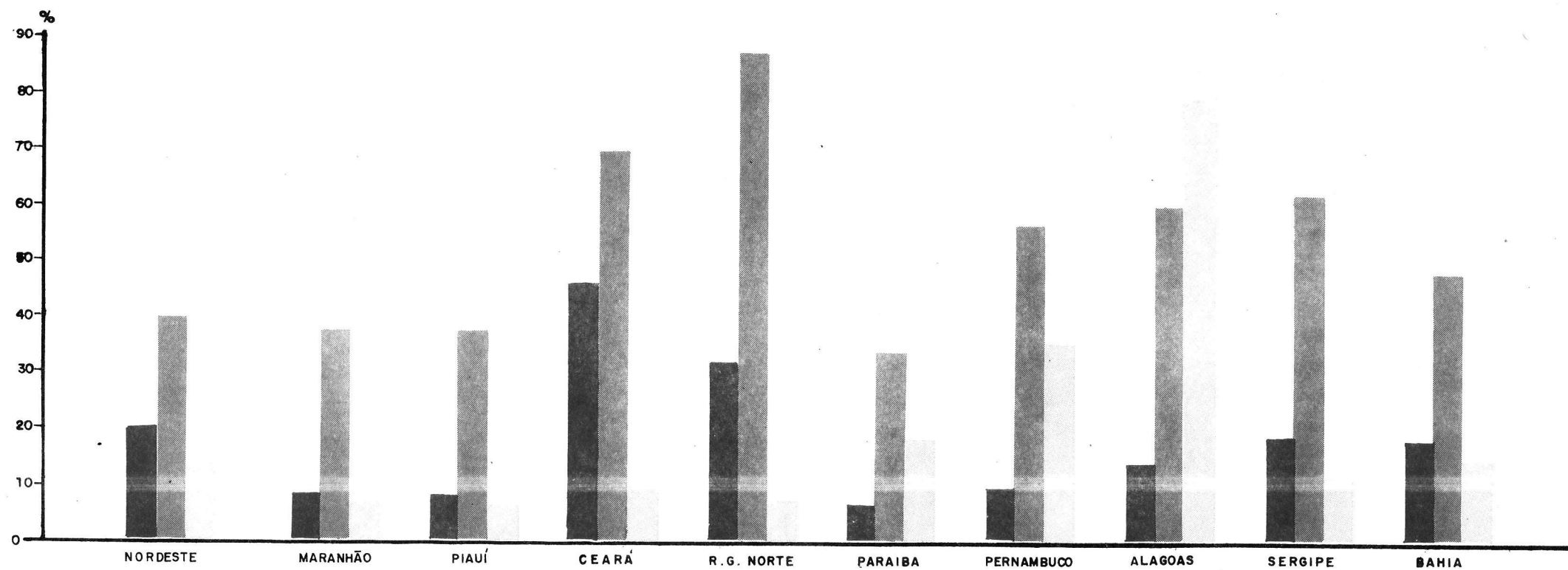
GRÁFICO 6

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª Série)

PERCENTUAL DA DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS NOS PRÉDIOS ESCOLARES DA ZONA RURAL

- 1970 -



LEGENDA:



ÁGUA ENCANADA

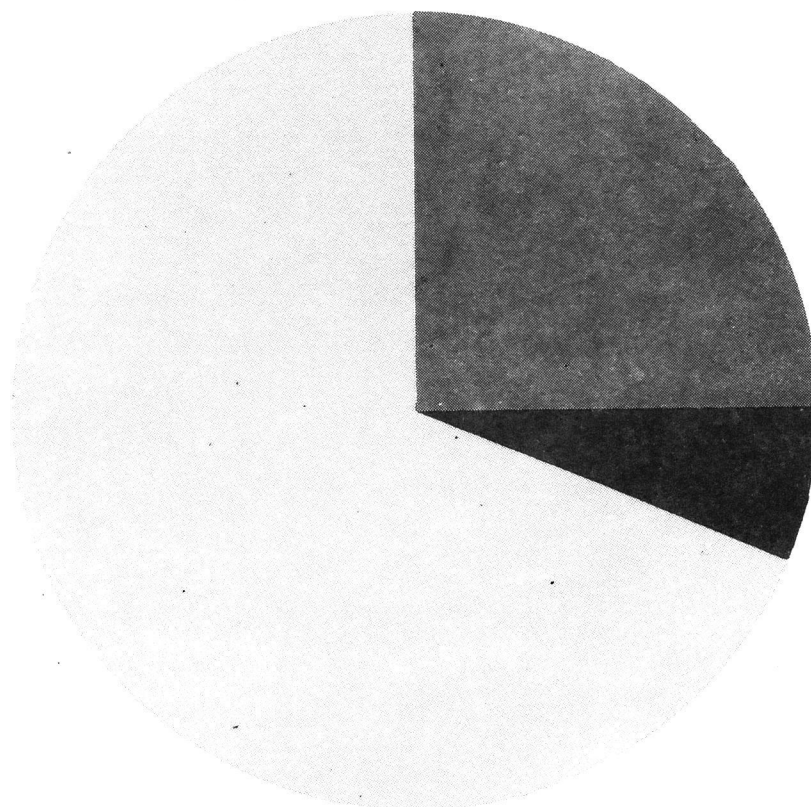


SANEAMENTO



ILUMINAÇÃO ELÉTRICA

FONTE: TABELA 7



LEGENDA:

1 TURNO



2 TURNOS



3 TURNOS

TABELA 8

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º Grau (1a. à 4a. série)

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PROFESSORES DA ZONA RURAL,POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

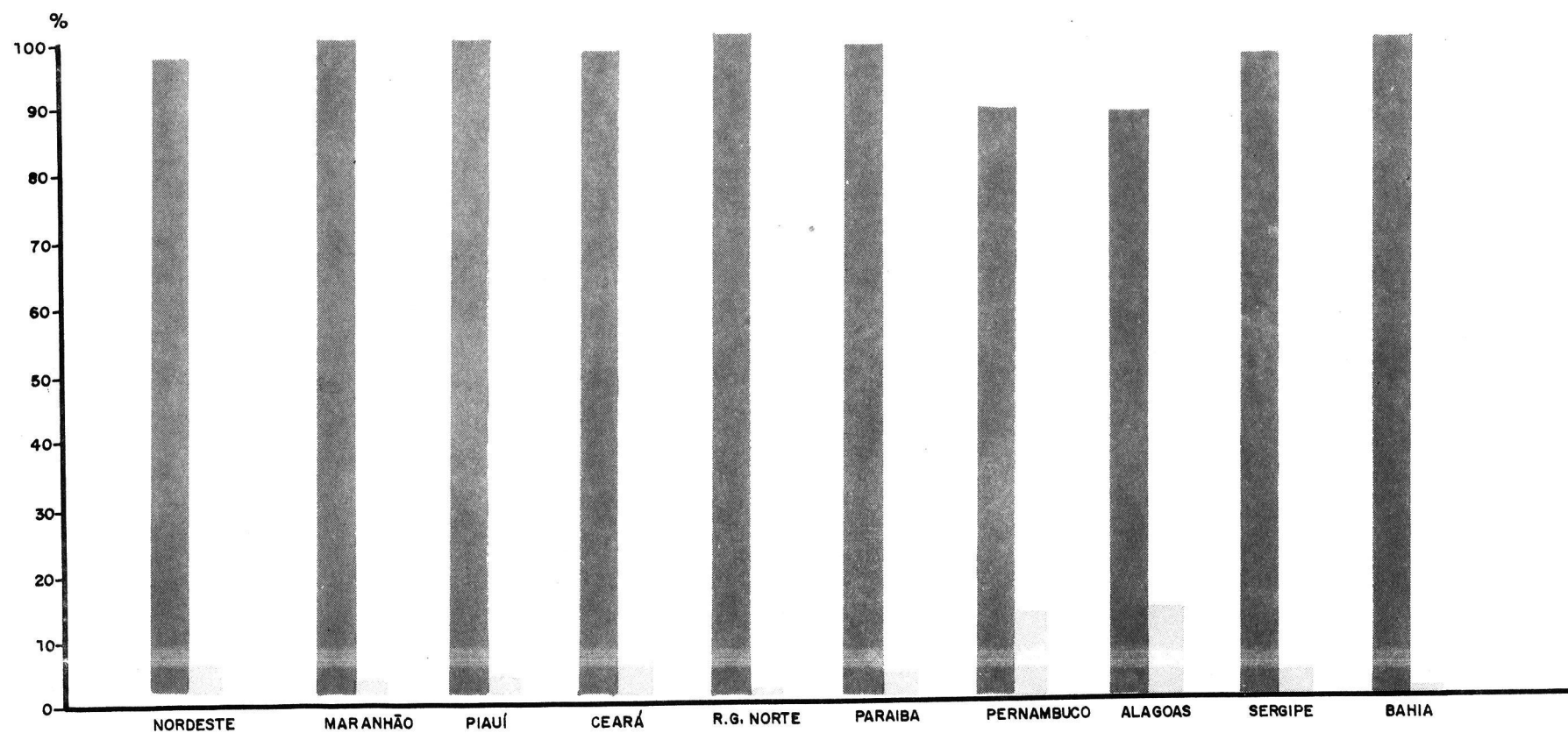
- 1971 -

NORDESTE E ESTADOS	TOTAL DE PRO FESSORES DA ZONA RURAL (Absolutos) -a-	REDE PÚBLICA				REDE PARTI CULAR (% sobre a)
		Total (% sobre a) -b-	Federal (% sobre b)	Estadual (% sobre b)	Municipal (% sobre b)	
Nordeste	50.200	95,6	0,5	16,3	83,2	4,4
Maranhão	5.460	98,7	1,1	9,8	89,1	1,3
Piauí	3.360	98,2	0,6	16,1	83,3	1,8
Ceará	8.940	96,0	0,6	9,2	90,2	4,0
Rio Grande do Norte	3.610	99,4	0,6	35,9	63,5	0,6
Paraíba	5.460	97,6	0,2	18,6	81,2	2,4
Pernambuco	8.110	87,7	0,6	28,2	71,2	12,3
Alagoas	2.730	86,8	0,4	16,0	83,6	13,2
Sergipe	1.380	96,4	-	34,6	65,4	3,6
Bahia	11.150	98,7	0,4	7,8	91,8	1,3

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, 1977.

GRÁFICO 8
NORDESTE E ESTADOS
ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª Série)
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PROFESSORES DA ZONA RURAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
- 1971 -



LEGENDA:



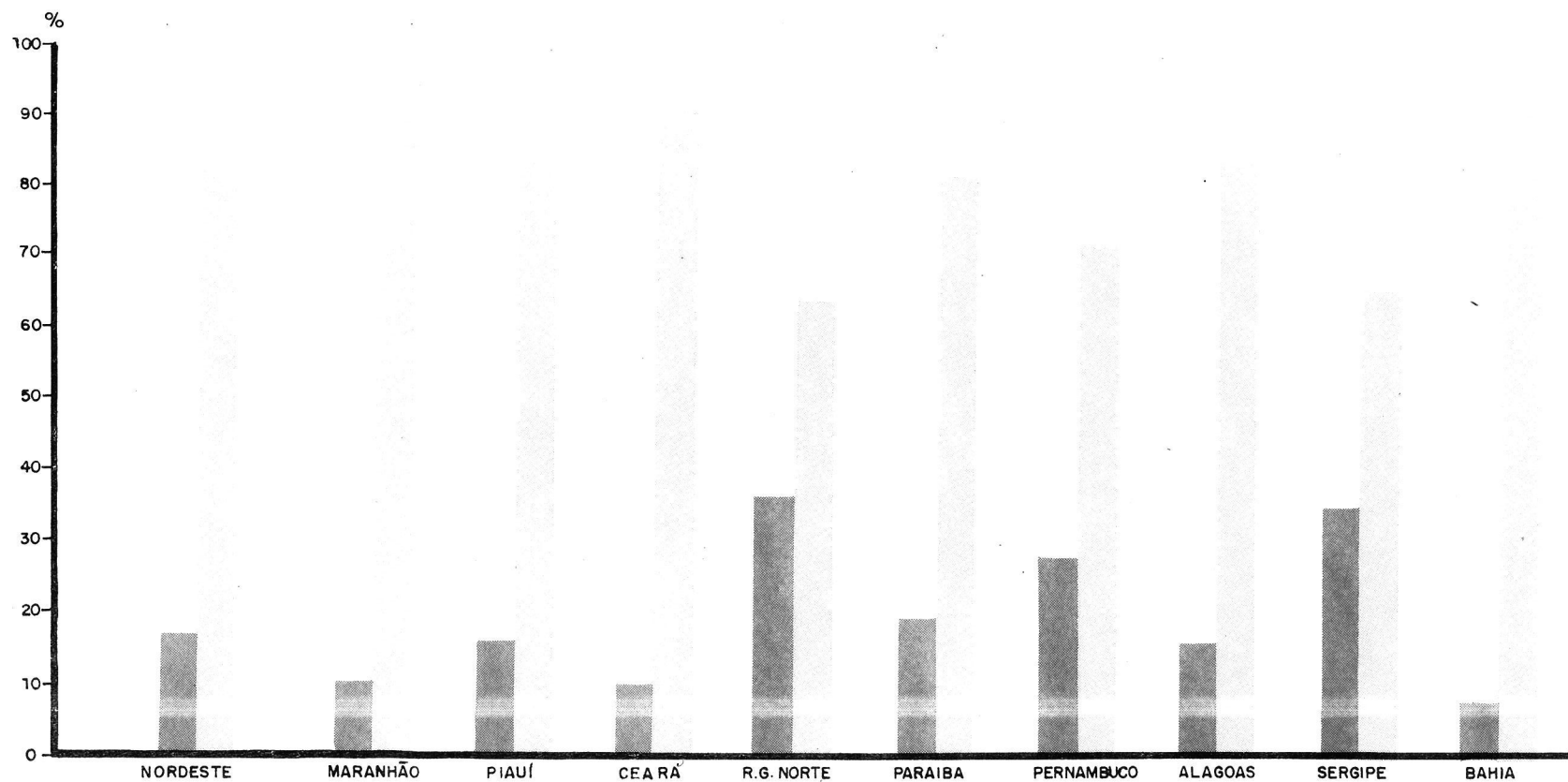
REDE PÚBLICA



REDE PARTICULAR

FONTE : TABELA 8

GRÁFICO 9
NORDESTE E ESTADOS
ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª Série)
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DA ZONA RURAL
- 1971 -



LEGENDA:



REDE ESTADUAL

REDE MUNICIPAL

FONTE: TABELA 8

TABELA 9

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PROFESSORES DIPLOMADOS DA ZONA RURALNO TOTAL DE PROFESSORES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

- 1971 -

Á R E A	TOTAL DE PROFESSORES DA ZONA RURAL	TOTAL	REDE PÚBLICA (1)				REDE (1) PARTICULAR
			Total	Federal	Estadual	Municipal	
Nordeste	50.200	12,2	11,9	30,8	51,0	4,1	16,8
Maranhão	5.460	6,2	5,9	-	43,4	1,9	28,6
Piauí	3.360	2,1	2,1	-	9,4	0,7	-
Ceará	8.940	7,2	6,5	40,0	38,0	3,1	22,2
Rio Grande do Norte	3.610	3,9	3,9	-	8,5	1,3	-
Paraíba	5.460	5,7	5,6	-	24,2	1,4	7,7
Pernambuco	8.110	29,6	31,8	75,0	94,0	6,7	14,0
Alagoas	2.730	17,2	17,7	-	84,2	5,0	13,9
Sergipe	1.380	6,5	6,0	-	13,0	2,3	20,0
Bahia	11.150	14,7	14,4	60,0	93,0	7,4	40,0

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE, no prelo.

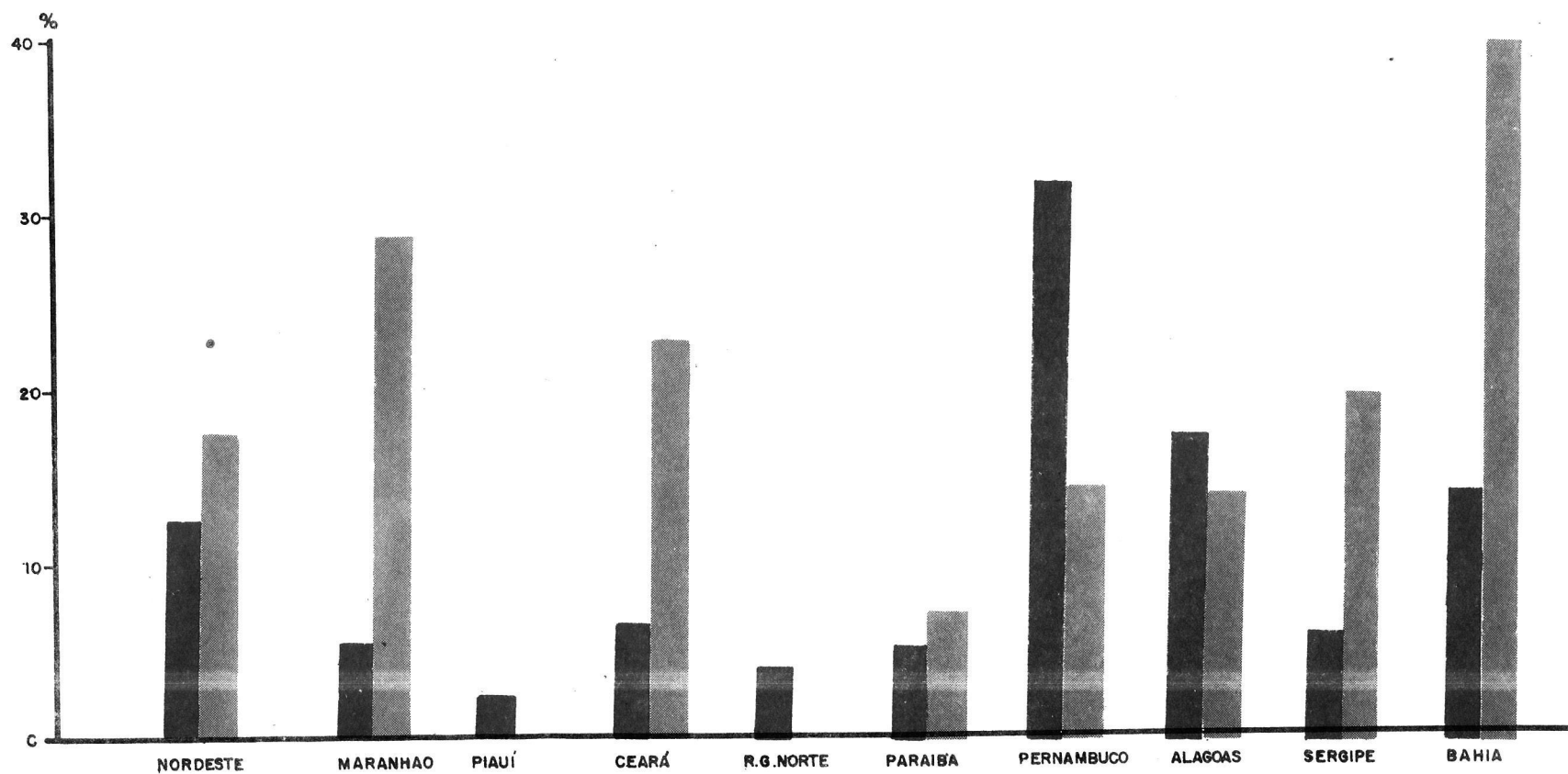
(1) Os percentuais de diplomados da rede pública e suas subdivisões e da rede particular foram calculados sobre o total de professores das respectivas redes.

GRÁFICO 10

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª série)

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PROFESSORES DIPLOMADOS DA ZONA RURAL, NO TOTAL DE PROFESSORES, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
- 1971 -



LEGENDA:



REDE PÚBLICA



REDE PARTICULAR

FONTE: TABELA 9

TABELA 10

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

DEFICIT BRUTO DE ESCOLARIDADE NA ZONA RURAL

- 1971 -

Á R E A	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS (a) (1)	MATRÍCULA		DEFICIT			
		Total (b)	De 7 a 14 anos (c)	Teórico (a-b)		Real (a-c)	
				Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Nordeste	3.677.640	1.642.990	1.396.000	2.034.650	55,3	2.281.640	62,0
Maranhão	502.490	212.290	177.550	290.200	57,8	324.940	64,7
Piauí	266.700	125.960	106.860	140.740	52,8	159.840	59,9
Ceará	582.560	224.720	175.000	357.840	61,4	407.560	70,0
Rio Grande do Norte	177.850	107.940	91.770	69.910	39,3	86.080	48,4
Paraíba	305.500	159.140	131.640	146.360	47,9	173.860	56,9
Pernambuco	518.730	264.130	225.950	254.600	49,1	292.780	56,4
Alagoas	216.200	95.570	79.340	120.630	55,8	136.860	63,3
Sergipe	111.690	56.640	46.410	55.050	49,3	65.280	58,4
Bahia	995.920	339.600	361.480	656.320	65,9	634.440	63,7

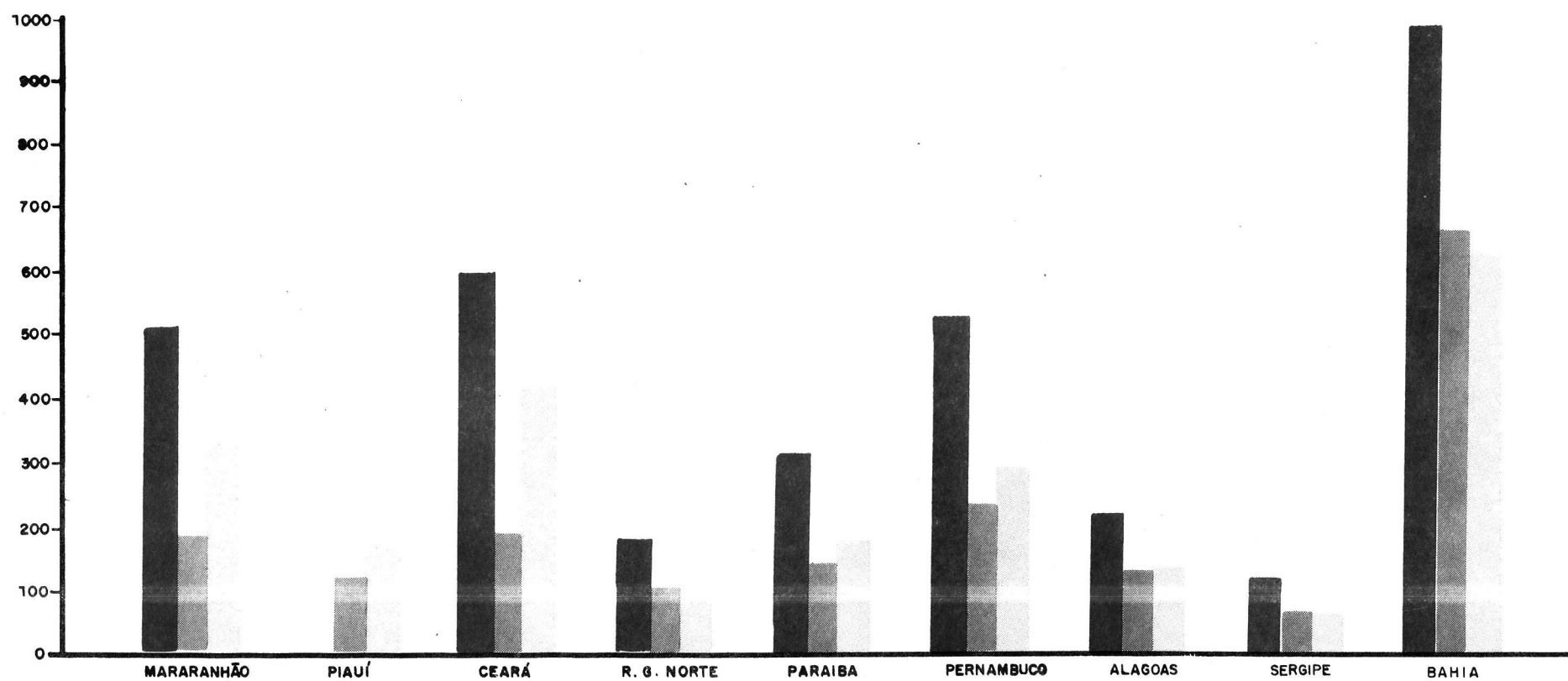
FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, no prelo.

(1) Obtida pela aplicação do percentual da mesma faixa etária de 1970, sobre a população total estimada para 1971.

GRÁFICO 11
ESTADOS DO NORDESTE
ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª série)
DEFICIT BRUTO DE ESCOLARIDADE NA ZONA RURAL
- 1971 -

(EM 1000 HABITANTES)



LEGENDA:

 POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS
  MATRÍCULA DE 7 A 14 ANOS
  DEFICIT

FONTE: TABELA 10

TABELA 11

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

DEFICIT DE SALAS DE AULA, DE PROFESSORES E DE PROFESSORES DIPLOMADOS NA ZONA RURAL

- 1971 -

Á R E A	SALAS DE AULA				PROFESSORES				PROFESSORES DIPLOMADOS			
	Necessá- rias (1)	Existentes (2)	Deficit		Necessá- rios	Existentes	Deficit		Necessá- rios	Existentes	Deficit	
			Números Absolutos	%			Números Absolutos	%			Números Absolutos	%
Nordeste	117.380	54.380	63.000	53,7	117.380	50.200	67.180	57,2	117.380	6.100	111.280	94,8
Maranhão	10.690	4.480	6.210	58,1	10.690	5.460	5.230	48,9	10.690	340	10.350	96,8
Piauí	5.930	3.210	2.720	45,9	5.930	3.360	2.570	43,3	5.930	70	5.860	98,8
Ceará	30.660	12.440	18.220	59,4	30.660	8.940	21.720	70,8	30.660	640	30.020	97,9
Rio Grande do Norte	5.230	3.250	1.980	37,9	5.230	3.610	1.620	31,0	5.230	140	5.090	97,3
Paraíba	10.910	5.790	5.120	46,9	10.910	5.460	5.450	50,0	10.910	310	10.600	97,2
Pernambuco	15.720	8.430	7.290	46,4	15.720	8.110	7.610	48,4	15.720	2.400	13.320	84,7
Alagoas	5.400	2.550	2.850	52,8	5.400	2.730	2.670	49,4	5.400	470	4.930	91,3
Sergipe	2.660	1.330	1.330	50,0	2.660	1.380	1.280	48,1	2.660	90	2.570	96,6
Bahia	30.180	12.900	17.280	57,3	30.180	11.150	19.030	63,1	30.180	1.640	28.540	94,6

(1) Os dados obtidos através da aplicação da relação alunos/sala de aula da zona rural de cada Estado, sobre os dados de população de 7 a 14 anos. Foi usada a relação alunos/sala de aula de 1970, admitindo-se que esta relação tenha se mantido em 1971.

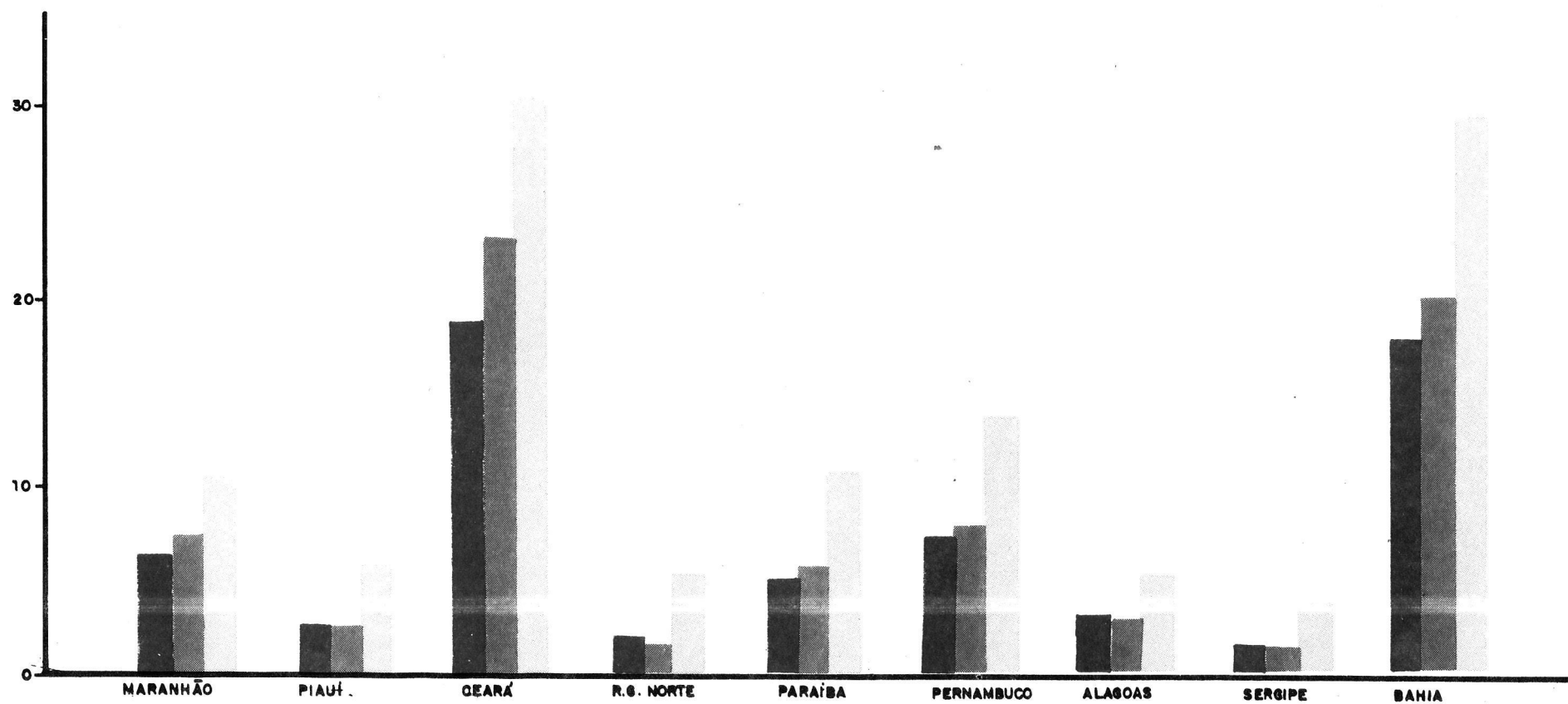
(2) Dados obtidos tomando-se por base o crescimento da matrícula no período 70/71 e aplicando-se, sobre esse crescimento, a relação alunos/sala de aula de 1970 da Zona Rural de cada Estado, admitindo-se que a mesma tenha se mantido em 1971. O crescimento de salas de aula resultante foi somado aos dados de salas em 1970.

FONTES: - Tabelas 3, 7 e 9

- SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)
Recife, SUDENE/DRH, no prelo.

GRÁFICO 12
ESTADOS DO NORDESTE
ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª Série)
DEFICIT DE SALAS DE AULA, DE PROFESSORES E DE PROFESSORES DIPLOMADOS NA ZONA RURAL
- 1971 -

(EM 1.000 HABITANTES)



LEGENDA:

■ SALAS DE AULA ■ PROFESSORES ■ PROFESSORES DIPLOMADOS

3. PROPOSTA DE PROGRAMA

Considerando: a) a impossibilidade de propor qualquer reformulação do ensino rural sem o conhecimento de uma série de problemas cuja elucidação deverá anteceder possíveis propostas de intervenção de caráter mais profundo; b) a magnitude do déficit escolar rural, da ordem de 62% em relação à população de 7 a 14 anos; c) a expressividade da rede escolar rural; d) a perspectiva de permanência e crescimento desta rede escolar por um longo período - enumeramos as alternativas que nos ocorrem com vistas às medidas de curto, médio e longo prazos, as quais poderão compor um plano de educação para esta Região:

1. Estimular os estudos e pesquisas necessários à ampliação das perspectivas de conhecimento da zona rural e da escola rural.
2. Incentivar o desenvolvimento de experiências na área do ensino rural, cujos resultados possam vir a ser generalizados para a totalidade da Região.
3. Propor e desenvolver, simultaneamente, um programa especial de melhoria do ensino rural nos moldes como o mesmo é ministrado, atualmente.

Os estudos e pesquisas citados no item 1 poderão ser

desenvolvidos a partir das questões propostas ao longo do primeiro capítulo do presente trabalho.

As experiências citadas no item 2 poderão ser desenvolvidas em uma ou mais áreas-piloto selecionadas no espaço rural nordestino. Para que as experiências tenham possibilidades de generalização, é importante que: 1- sejam acompanhadas pelos órgãos que possuem o controle da rede escolar rural em sua totalidade, o que inclui, necessariamente, as Secretarias de Educação e Prefeituras Municipais; 2- seja a análise dos resultados divulgada progressivamente, cabendo, aos órgãos de comando técnico e administrativo, a triagem, dentre as medidas adotadas com sucesso, daquelas que poderão, gradualmente, ser ampliadas para a rede escolar como um todo; 3- represente a área experimental, de fato, a totalidade do espaço rural quanto a cada uma de suas características básicas.

A ressalva é pertinente e necessária em vista do conhecimento que se tem do artificialismo de certas áreas experimentais, cuja situação de privilégio anula qualquer representatividade em relação à totalidade da zona rural. É uma situação análoga ao problema das Escolas de Aplicação, de caráter especial, alta seletividade em relação ao corpo docente e discente e a mais avançada tecnologia educacional, aliada aos melhores recursos financeiros, tornando-se as mesmas totalmente nulas em termos de representatividade, invalidando a experiência na medida em que se pretende uma generalização de seus resultados. Assim é que a maioria das experiências rurais, desenvolvidas nos chamados *Projetos Integrados*, não têm a menor condição de extensão a não ser para áreas de outros *Projetos Integrados*, o que não ocorre sempre na zona rural nordestina.

No item 3, propomos a definição de um Programa Educacional para a zona rural, de aplicação imediata e execução simultânea com os estudos e experiências. Essa programação refere-se, apenas, às 4 primeiras séries do 1º grau, ou seja, ao antigo primário. A existência de 3a. e 4a. séries, na zona rural, tem proporções tão insignificantes que será absolutamente irreal uma programação que preveja mais de quatro séries para a escola rural, tal como ela existe e funciona.

Da análise de todas as variáveis quantificadas no presente trabalho, observamos, de início, a homogeneidade dos problemas do ensino rural para qualquer um dos Estados Nordestinos. A rede escolar rural apresenta o mesmo tipo de problemas e quase idênticos percentuais, quer se trate de salas de aula, professores ou matrícula. O deficit, evidentemente, repete-se sem alteração significativa, em todos os Estados. O fato justifica a afirmativa de que, apesar da magnitude do deficit apresentado em relação ao deficit urbano, os problemas, pela sua uniformidade, favorecem e simplificam tanto a compreensão quanto uma possível interferência. Uma vez encontrada a solução para o atendimento escolar rural, essa mesma solução poderá ser, sem grande risco, generalizada para toda a zona rural nordestina, num programa de larga escala. Em síntese, o problema escolar rural é de grande extensão mas de reduzida complexidade e fácil generalização, uma vez encontrada a solução adequada.

O deficit escolar rural necessita de cuidados urgentes e efetivos. Uma programação intensiva de superação desse deficit favorecerá não só a população rural, mas, fatalmente, refletir-se-á sobre a situação escolar urbana. Partindo da premissa de que a população nordestina rural tende a urbanizar-se e que as migrações atingem, basicamente, a população jovem, um esforço de melhoria da educação rural é fundamental para a manutenção do equilíbrio do sistema escolar urbano. O programa urbano de correção da distorção idade/série tende ao fracasso se, dentre outros fatores, não for solucionado o problema escolar rural para as faixas etárias compreendidas dentro da obrigatoriedade escolar. A população rural migrante, não escolarizada, desorganizará, sistematicamente, a escola urbana que busca a correção da distorção etária.

A tônica da programação para a zona rural, no presente trabalho, incide, principalmente, sobre a melhoria da qualidade do professor, uma vez que há mais de 95% de leigos. Não consideramos, por opção da própria programação, o problema da sala de aula. A rede rural pode continuar funcionando, como o fez até o momento, utilizando como sala uma dependência da casa da professora.

O esforço urbano para a melhoria das Unidades Descen-

tralizadas das Secretarias Estaduais de Educação e Centros de Treinamento, os quais deverão apoiar e assistir as Prefeituras Municipais, e o trabalho simultâneo de instalação e melhoria dos Departamentos Municipais de Educação, terão reflexos diretos sobre a melhoria do ensino rural. Isto porque, como já ficou registrado, a rede rural é, praticamente, em sua totalidade, dependente das administrações municipais.

Toda a quantificação obtida para a meta de melhoria do professorado rural fez-se à base dos dados expressos na Tabela 14, isto é, sobre a meta de matrícula estabelecida.

a) Matrícula

As metas de matrícula para os quinquênios 1976/80 e 1981/85 foram calculadas sobre a população de 7 a 14 anos, embora uma grande parte da matrícula do primário comporte idades acima desse limite.

Em relação a essa população, estabeleceu-se como meta a ser cumprida nos primeiros 5 anos - 1976/80 - a redução do déficit na proporção de 10% sobre a situação atual de cada Estado, acrescida de uma redução de mais 10%, no segundo quinquênio, sobre a *Situação Programada* do quinquênio anterior, conforme expresso na Tabela 14. A superação de 10% do déficit nos cinco primeiros anos do Programa acarretará, no Nordeste, um acréscimo, em números absolutos, de 407.490 vagas (Tabela 14), ou seja, de 15% além das vagas esperadas pelo crescimento histórico. O incremento, no segundo quinquênio, se atingidas as metas estabelecidas para o primeiro, deverá ser da ordem de 14,5%, o que significa, em números absolutos, um acréscimo de mais 462.400 novas vagas. As metas definidas, por Estado, encontram-se na Tabela 14 e podem servir de base para estudo pelas Secretarias Estaduais de Educação.

b) Professores

O número de professores necessários (Tabela 15) foi calculado sobre a meta de matrícula. A relação histórica aluno/professor, para cada Estado, foi mantida no cálculo já citado. O total de pro-

fessores esperados é resultado de projeção baseada no crescimento do decênio 1962/71. As Tabelas 16 e 17 quantificam os professores da rede a serem treinados e os novos a serem admitidos, de modo a tornar possível a ampliação de vagas prevista na meta de matrícula.

Estabelecemos, como metas para a melhoria dos professores da zona rural, medidas de dois tipos: primeiro, contratação de novos professores necessários à ampliação da oferta de vagas - para atingir a meta programada para a matrícula - fazendo-se exigência de diploma de 2º grau normal; segundo, treinamento de professores leigos em cursos de três etapas, os quais permitirão a outorga de diploma de conclusão do 1º grau. Sugerimos, como ponto de partida, o seguinte esboço curricular:

ETAPAS DO TREINAMENTO	NÚMERO DE PARTICIPANTES POR TURMA	CURRÍCULO BÁSICO			
		NÚMERO DE HORAS-AULA POR ETAPA	CARGA HORÁRIA (EM HORAS-AULA)		ÁREAS DE ESTUDO
			%	% SOBRE O TOTAL DE CADA ETAPA	
ETAPA A	40	360	216	60	1. Língua Portuguesa correspondente às quatro primeiras séries do 1º Grau
			144	40	2. Matemática correspondente às quatro primeiras séries do 1º Grau
ETAPA B	40	360	108	30	1. Língua Portuguesa correspondente às 5a. e 6a. séries do 1º Grau
			108	30	2. Matemática correspondente às 5a. e 6a. séries do 1º Grau
			72	20	3. Estudos Sociais correspondentes às quatro primeiras séries do 1º Grau
			72	20	4. Estudos da Natureza correspondentes às quatro primeiras séries do 1º Grau
ETAPA C	40	360	72	20	1. Língua Portuguesa correspondente às 7a. e 8a. séries do 1º Grau
			72	20	2. Matemática correspondente às 7a. e 8a. séries do 1º Grau
			90	25	3. Estudos Sociais e da Natureza correspondentes às quatro últimas séries do 1º Grau
			126	35	4. Noções Básicas de Psicologia da Aprendizagem e de Didática

As Secretarias Estaduais de Educação bem como a rede de Centros de Treinamento, evidentemente, não suportarão a carga adicional do treinamento de todos os leigos rurais. Em vista disto, optamos pela quantificação, expressa na Tabela 18, feita para cada ano do decênio considerado. O ritmo de ingresso de leigos na 1ª. etapa de treinamento será de 5% de cada Estado, por ano. Todos os cálculos da Tabela 18 foram feitos sobre esse percentual.

A mesma Tabela 18 apresenta a magnitude dos treinamentos requeridos para que se atinja a meta estabelecida para melhoria dos professores leigos na zona rural. Ela contém o número de treinandos e o número de turmas. Cada turma abrangerá, em média, 40 leigos.

Ainda no que se refere a professores, a Tabela 19 resume a situação do ensino na zona rural, ao final do período, caso se realize a intervenção proposta. Então, o Nordeste contará com 32% dos seus professores leigos com título de 1º grau, 35,6% com a segunda etapa de treinamento cumprido e 39,1% com, apenas, a primeira. O deficit de pessoal sem qualquer tipo de qualificação será, nessa ocasião, de 60,9% do total e, ainda, de 64,4% sem haver cursado a segunda etapa e 68%, sem a terceira.

Essa perspectiva demonstra que mais da metade do professorado leigo da zona rural nordestina não receberá, durante os próximos dez anos, nenhum tipo de treinamento, apesar do grande esforço que significará, para as Secretarias Estaduais e Departamentos Municipais de Educação, atingir as metas propostas por este programa. Aos professores treinados, deverá corresponder um esforço paralelo de assistência com supervisão pedagógica. Para isto, será necessário que as Secretarias de Educação efetuem a preparação dos auxiliares de supervisão das Prefeituras Municipais, ao mesmo tempo que prestem assistência na montagem dos serviços de supervisão dessas unidades.

Com todo esse esforço realizado, ao final do decênio, ainda persistirá um deficit de matrícula de 30,8% para a população rural de 7 a 14 anos, no Nordeste como um todo. Esse dado, se tomados os Estados da Região isoladamente, será bastante diferencia-

do de um para outro, registrando-se o maior deficit no Ceará, que terá, em 1985, ainda 48,9% da sua população escolarizável da zona rural fora da escola, e o menor, no Maranhão e em Pernambuco, com 15,2% (Tabela 20).

Apesar da previsão de um deficit residual, para o final do decênio, ainda bastante expressivo, consideramos que as Secretarias de Educação dos Estados do Nordeste e os Departamentos de Educação das Prefeituras Municipais não estão capacitados para um esforço educacional, na zona rural, maior do que o proposto pela presente programação.

A execução do programa aqui sugerido estará, em grande medida, na dependência da realização do programa efetivo para a zona urbana, na linha de implantação ou fortalecimento das Unidades Descentralizadas das Secretarias de Educação dos Estados e na instalação ou melhoria dos Departamentos Municipais de Educação.

TABELA 12

ESTADOS DO NORDESTE

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

COMPORTAMENTO DA RELAÇÃO ALUNOS/SALA DE AULA E DA RELAÇÃO
PROFESSORES/SALA DE AULA NA ZONA RURAL

- 1970 E ESTIMATIVA PARA 1975/80 -

Á R E A	1970		1975		1980	
	ALUNOS/SALA DE AULA	PROFESSORES/SALA DE AULA	ALUNOS/SALA DE AULA	PROFESSORES/SALA DE AULA	ALUNOS/SALA DE AULA	PROFESSORES/SALA DE AULA
Maranhão	47,5	1,2	45,7	1,2	42,3	1,0
Piauí	44,6	1,1	58,7	1,5	68,9	1,7
Ceará	19,0	0,8	17,2	0,7	14,1	0,6
Rio Grande do Norte	34,3	1,2	37,1	1,4	38,5	1,6
Paraíba	28,3	1,0	26,0	0,9	23,1	0,9
Pernambuco	32,8	1,0	32,0	1,0	34,9	1,1
Alagoas	39,6	1,1	26,3	1,1	31,4	1,0
Sergipe	41,8	1,1	48,1	1,3	53,9	1,5
Bahia	33,3	1,0	36,5	1,0	34,3	1,0

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, no prelo.

TABELA 13

ESTADOS DO NORDESTE

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

COMPORTAMENTO DA RELAÇÃO ALUNOS/PROFESSOR NA ZONA RURAL

- 1962/71 E ESTIMATIVA PARA 1975/80/85 -

SÉRIE HISTÓRICA	MARANHÃO	PIAUI	CEARÁ	RIO G. DO NORTE	PARAÍBA	PERNAMBUCO	ALAGOAS	SERGIPE	BAHIA
1962	36,3	37,7	25,8	36,6	31,8	35,2	38,5	40,5	34,6
1963	36,3	36,6	26,3	38,2	32,3	33,0	37,5	40,4	34,5
1964	35,5	35,4	25,7	31,3	29,9	32,0	37,1	40,5	34,4
1965	33,3	32,8	25,9	29,2	29,2	30,9	34,7	38,4	32,2
1966	35,4	34,1	24,4	27,8	27,7	31,2	34,4	36,1	32,0
1967	39,4	41,9	20,8	27,0	27,7	32,4	36,3	35,1	31,3
1968	36,3	36,2	25,9	28,1	27,6	30,7	35,3	36,8	33,8
1969	35,6	37,2	26,7	29,2	28,3	31,1	35,3	37,3	33,9
1970	38,6	42,3	24,7	29,0	28,8	33,2	35,5	38,3	34,1
1971	38,9	37,5	25,1	29,9	29,1	32,6	35,0	38,9	35,8
1975	38,6	39,3	25,0	26,3	27,6	31,7	34,2	37,0	34,9
1980	43,3	40,0	25,1	24,1	27,1	31,5	33,9	36,9	35,2
1985	47,8	40,4	24,8	24,2	26,8	31,4	33,6	36,1	35,3

FONTE: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife, SUDENE/DRH, no prelo.

TABELA 14

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

METAS DE MATRÍCULA PARA A ZONA RURAL

- 1980/85 -

Á R E A	1980							1985						
	SITUAÇÃO ESPERADA PELO COM- PORTAMENTO HISTÓRICO				SITUAÇÃO PROGRAMADA			SITUAÇÃO ESPERADA PELO COM- PORTAMENTO HISTÓRICO				SITUAÇÃO PROGRAMADA		
	POPULAÇÃO RURAL ESCO- LARIZÁVEL (7 a 14 anos)	MATRÍCULA (1a. à 4a. série)	% DE A TEN- DI- MEN- TO	% DE A TEN- DI- MEN- TO(1)	MATRÍCULA (1a. à 4a. série)	INCREMENTO		POPULAÇÃO RURAL ESCO- LARIZÁVEL (7 a 14 anos)	MATRÍCULA (1a. à 4a. série)	% DE A TEN- DI- MEN- TO	% DE A TEN- DI- MEN- TO(2)	MATRÍCULA (1a. à 4a. série)	INCREMENTO	
						Números Absolutos	%						Números Absolutos	%
Nordeste	4.257.600	2.312.310	54,3	63,9	2.719.800	407.490	15,0	4.622.400	2.735.210	59,2	69,2	3.197.610	462.400	14,5
Maranhão	563.900	367.950	62,3	72,3	407.700	39.750	9,7	604.600	452.140	74,8	84,8	512.700	60.560	11,8
Piauí	328.900	172.310	52,4	62,4	205.230	32.920	16,0	376.600	206.650	54,9	64,9	244.410	37.760	15,4
Ceará	727.400	290.920	40,0	50,0	363.700	72.780	20,0	813.800	334.610	41,1	51,1	415.850	81.240	19,5
Rio Grande do Norte	224.800	124.730	54,5	64,5	145.000	20.270	14,0	249.300	145.150	58,2	68,2	170.020	24.870	14,6
Paraíba	345.900	226.590	65,5	75,5	261.150	34.560	13,2	366.500	266.860	72,8	82,8	303.460	36.600	12,1
Pernambuco	554.400	367.170	66,2	76,2	422.450	55.280	13,1	574.000	429.110	74,8	84,8	486.750	57.640	11,8
Alagoas	249.000	136.080	54,7	64,7	161.100	25.020	15,6	270.700	160.780	59,4	69,4	187.870	27.090	14,4
Sergipe	119.600	68.960	57,7	67,7	80.970	12.010	14,8	124.200	78.770	63,4	73,4	91.160	12.390	13,6
Bahia	1.143.700	557.600	48,8	58,8	672.500	114.900	17,1	1.242.700	661.140	53,2	63,2	785.390	124.250	15,8

(1) Estabelecido como meta um aumento percentual de atendimento da população de 7 a 14 anos da ordem de 10%, no período 76/80, sobre a situação de cada Estado.

(2) Estabelecido como meta um aumento percentual de atendimento da ordem de 10%, no período 81/85, por Estado, sobre a Situação Programada no quinquênio anterior.

FONTES: SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série) - Recife - SUDENE/DRH, no prelo.
- Tabelas 2 e 3.

TABELA 15

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

METAS DE PROFESSORES PARA A ZONA RURAL

- 1980/85 -

Á R E A	1980				1985				
	SITUAÇÃO ESPERADA (1)		SITUAÇÃO PROGRAMADA (2)		SITUAÇÃO ESPERADA (1)		SITUAÇÃO PROGRAMADA (2)		
	TOTAL DE PROFESSORES	RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO	PROFESSORES NECESÁRIOS (3)	INCREMENTO	TOTAL DE PROFESSORES	RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO	PROFESSORES NECESÁRIOS (3)	INCREMENTO	
								EXECUTADA A PROGRAMAÇÃO PROPOSTA P/ 1976/80	NÃO EXECUTADA A PROGRAMAÇÃO PROPOSTA P/ 1976/80
Nordeste	71.310	32,4	84.150	12.840	83.370	34,7	97.770	1.560	14.400
Maranhão	8.490	43,3	9.450	930	9.460	47,8	10.730	340	1.270
Piauí	4.310	40,0	5.130	820	5.120	40,4	6.050	110	930
Ceará	11.590	25,1	14.490	2.900	13.500	24,8	16.770	370	3.270
Rio Grande do Norte	5.170	24,1	6.020	850	6.000	24,2	7.030	180	1.030
Paraíba	8.350	27,1	9.640	1.290	9.940	26,8	11.320	90	1.380
Pernambuco	11.660	31,5	13.410	1.750	13.670	31,4	15.500	80	1.830
Alagoas	4.010	33,9	4.750	740	4.780	33,6	5.590	70	810
Sergipe	1.870	36,9	2.190	320	2.180	36,1	2.530	30	350
Bahia	15.860	35,2	19.100	3.240	18.720	35,3	22.250	290	3.530

(1) Situação esperada pelo comportamento verificado no período 1962/71.

(2) Situação programada, dada pelo crescimento da matrícula estabelecido, da ordem de 10%, no período, mantida a relação histórica alunos/professor.

(3) Mantido o comportamento histórico da relação alunos/professor.

FONTES: Tabelas 13 e 14

SUDENE - Nordeste e Educação - 5. Ensino de 1º Grau (1a. à 4a. série)

Recife: SUDENE/DRH, no mês de

TABELA 16

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. Série)

CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DIPLOMADOS PARA AMPLIAÇÃO DA MATRÍCULA DA ZONA RURAL

- 1976/80 e 1981/85 -

Á R E A	TOTAL DE CONTRATA- ÇÃO NO DECE- NIO (1)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR ESTADO	MÉDIA DE CONTRATAÇÃO POR MUNICÍPIO		1976/80		1981/85 (2)	
			NO DECÊNIO	ANUAL	TOTAL NO PERÍODO (1)	ANUAL	TOTAL NO PERÍODO (1)	ANUAL
Nordeste	27.240	1.375	20	2,0	12.840	2.568	14.400	2.880
Maranhão	2.200	130	17	1,7	930	186	1.270	254
Piauí	1.750	114	15	1,5	820	164	930	186
Ceará	6.170	142	43	4,3	2.900	580	3.270	654
Rio Grande do Norte	1.880	150	13	1,3	850	170	1.030	206
Paraíba	2.670	171	16	1,6	1.290	258	1.380	276
Pernambuco	3.580	164	22	2,2	1.750	350	1.830	366
Alagoas ,.....	1.550	94	16	1,6	740	148	810	162
Sergipe	670	74	9	0,9	320	64	350	70
Bahia	6.770	336	20	2,0	3.240	648	3.530	706

(1) Igual ao incremento necessário para atingir a situação programada.

(2) Se for executado o programa previsto para o período de 1976/80, serão subtraídas do total, as contratações previstas para o período anterior.

FONTES: - Tabela 15

FIBGE.

TABELA 17
 NORDESTE E ESTADOS
 ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)
TREINAMENTO DE PROFESSORES LEIGOS PARA A ZONA RURAL
 - 1976/80 e 1981/85

Á R E A	TOTAL DE PROFESSORES EM 1975	1976/80 (1)				TOTAL DE PROFESSORES EM 1980	1981/85 (1)			
		NÚMERO ANUAL DE TREINADOS NO QUINQUÊNIO EM CADA ETAPA (2)	ETAPA A (INICIADA EM 1976)	ETAPA B (INICIADA EM 1977)	ETAPA C (INICIADA EM 1978)		NÚMERO ANUAL DE TREINADOS NO QUINQUÊNIO EM CADA ETAPA (2)	ETAPA A	ETAPA B	ETAPA C
Nordeste	59.150	2.960	14.800	11.840	8.880	71.310	3.560	17.800	17.800	17.800
Maranhão	7.350	370	1.850	1.480	1.110	8.490	420	2.100	2.100	2.100
Piauí	3.510	180	900	720	540	4.310	220	1.100	1.100	1.100
Ceará	9.690	480	2.400	1.920	1.440	11.590	580	2.900	2.900	2.900
Rio Grande do Norte	4.340	220	1.100	880	660	5.170	260	1.300	1.300	1.300
Paraíba	6.760	340	1.700	1.360	1.020	8.350	420	2.100	2.100	2.100
Pernambuco	9.640	480	2.400	1.920	1.440	11.660	580	2.900	2.900	2.900
Alagoas	3.260	160	800	640	480	4.010	200	1.000	1.000	1.000
Sergipe	1.600	80	400	320	240	1.870	90	450	450	450
Bahia	13.000	650	3.250	2.600	1.950	15.860	790	3.950	3.950	3.950

(1) Os alunos da Etapa B são provenientes da Etapa A e os alunos da Etapa C, provenientes da Etapa B.

(2) Correspondem a 5% do total de professores em 1975 e em 1980.

FONTES: Tabelas 5 e 15.

TABELA 18

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE TREINADOS POR ANO NA ZONA RURAL

- 1976/85 -

Á R E A	1976		1977		1978		1979		1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	TREI- NADOS	TUR- MAS	TREI- NADOS	TUR- MAS	TREI- NADOS	TUR- MAS	TREI- NADOS	TUR- MAS	TREI- NADOS	TUR- MAS	TREI- NADOS	TUR- MAS	TREI- NADOS	TUR- MAS	TREI- NADOS	TUR- MAS	TREI- NADOS	TUR- MAS	TREI- NADOS	TUR- MAS
Nordeste ..	2.960	75	5.920	150	8.880	225	8.880	225	8.880	225	8.880	225	8.880	225	8.880	225	8.880	225	8.880	225
Maranhão ..	370	9	740	18	1.110	27	1.110	27	1.110	27	1.110	27	1.110	27	1.110	27	1.110	27	1.110	27
Piauí	180	5	360	10	540	15	540	15	540	15	540	15	540	15	540	15	540	15	540	15
Ceará	480	12	960	24	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36
R.G.do Norte	220	6	440	12	660	18	660	18	660	18	660	18	660	18	660	18	660	18	660	18
Paraíba ...	340	9	680	18	1.020	27	1.020	27	1.020	27	1.020	27	1.020	27	1.020	27	1.020	27	1.020	27
Pernambuco	480	12	960	24	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36	1.440	36
Alagoas ...	160	4	320	8	480	12	480	12	480	12	480	12	480	12	480	12	480	12	480	12
Sergipe ...	80	2	160	4	240	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240	6
Bahia	650	16	1.300	32	1.950	48	1.950	48	1.950	48	1.940	48	1.940	48	1.940	48	1.940	48	1.940	48

NOTA: A cada turma correspondem, em média, 40 treinados.

FONTE: TABELA 17.

TABELA 19

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

NECESSIDADES DE TREINAMENTO DE PROFESSORES PARA A ZONA RURAL

- 1985 -

Á R E A	NÚMERO DE PROFESSORES (1)	PROFESSORES TREINADOS						PROFESSORES A SEREM TREINADOS					
		ETAPA A		ETAPA B		ETAPA C		ETAPA A		ETAPA B		ETAPA C	
		Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Nordeste	83.370	32.600	39,1	29.640	35,6	26.680	32,0	50.770	60,9	53.730	64,4	56.690	68,0
Maranhão	9.460	3.950	41,8	3.580	37,8	3.210	33,9	5.510	58,2	5.880	62,2	6.250	66,1
Piauí	5.120	2.000	39,1	1.820	35,5	1.640	32,0	3.120	60,9	3.300	64,5	3.480	68,0
Ceará	13.500	5.300	39,3	4.820	35,7	4.340	32,1	8.200	60,7	8.680	64,3	9.160	67,9
Rio Grande do Norte	6.000	2.400	40,0	2.180	36,3	1.960	32,6	3.600	60,0	3.820	63,7	4.040	67,4
Paraíba	9.940	3.800	38,2	3.460	34,8	3.120	31,4	6.140	61,8	6.480	65,2	6.820	68,6
Pernambuco	13.670	5.300	38,8	4.820	35,3	4.340	31,7	8.370	61,2	8.850	64,7	9.330	68,3
Alagoas	4.780	1.800	37,7	1.640	34,3	1.480	31,0	2.980	62,3	3.140	65,7	3.300	69,0
Sergipe	2.180	850	39,0	770	35,2	690	31,7	1.330	61,0	1.410	64,8	1.490	68,7
Bahia	18.720	7.200	38,5	6.550	35,0	5.900	31,5	11.520	61,5	12.170	65,0	12.820	68,5

(1) Executado o programa proposto (ver Tabela 15)

FONTE: Tabelas 15 e 17.

TABELA 20

NORDESTE E ESTADOS

ENSINO DE 1º GRAU (1a. à 4a. série)

PROGNÓSTICO PARA A ZONA RURAL EM 1985

Á R E A	POPULA- ÇÃO ES- COLARI- ZÁVEL (a)	SITUAÇÃO ESPERADA PELO COMPORTAMENTO HISTÓRICO								SITUAÇÃO ESPERADA COM A EXECUÇÃO DO PROGRAMA							
		NÚMERO DE MA- TRÍCULAS	NÚMERO DE PRO- FESSO- RES	RELAÇÃO ALUNOS/ PROFES- SOR	DEFICIT				NÚMERO DE MA- TRÍCULAS	NÚMERO DE PRO- FESSO- RES	RELAÇÃO ALUNOS/ PROFES- SOR	DEFICIT					
					DE ESCOLARI- DADE (1)		DE PROFESSO- RES (2)					DE ESCOLARI- DADE (1)		DE PROFESSO- RES (2)			
					Números Absolutos	% s/a	Números Absolutos	% (3)				Números Absolutos	% s/a	Números Absolutos	% (3)		
Nordeste	4.622.400	2.735.210	83.370	34,7	1.887.190	40,8	60.350	42,0	3.197.610	97.770	32,7	1.424.790	30,8	45.990	32,0		
Maranhão	604.600	452.140	9.460	47,8	152.460	25,2	3.190	25,2	512.700	10.730	47,8	91.900	15,2	1.920	15,2		
Piauí	376.600	206.650	5.120	40,4	169.950	45,1	4.210	45,2	244.410	6.050	40,4	132.190	35,1	3.270	35,1		
Ceará	813.800	334.610	13.500	24,8	479.190	58,9	19.320	58,9	415.850	16.770	24,8	397.950	48,9	16.050	48,9		
Rio Grande do Norte	249.300	145.150	6.000	24,2	104.150	41,8	4.300	41,7	170.020	7.030	24,2	79.280	31,8	3.280	31,8		
Paraíba	366.500	266.860	9.940	26,8	99.640	27,2	3.720	27,2	303.460	11.320	26,8	63.040	17,2	2.350	17,2		
Pernambuco	574.000	429.110	13.670	31,4	144.890	25,2	4.610	25,2	486.750	15.500	31,4	87.250	15,2	2.780	15,2		
Alagoas	270.700	160.780	4.780	33,6	109.920	40,6	3.270	40,4	187.870	5.590	33,6	82.830	30,6	2.470	30,5		
Sergipe	124.200	78.770	2.180	36,1	45.430	36,6	1.260	36,6	91.160	2.530	36,0	33.040	26,6	920	26,7		
Bahia	1.242.700	661.140	18.720	35,3	581.560	46,8	16.470	46,8	785.390	22.250	35,3	457.310	36,8	12.950	36,8		

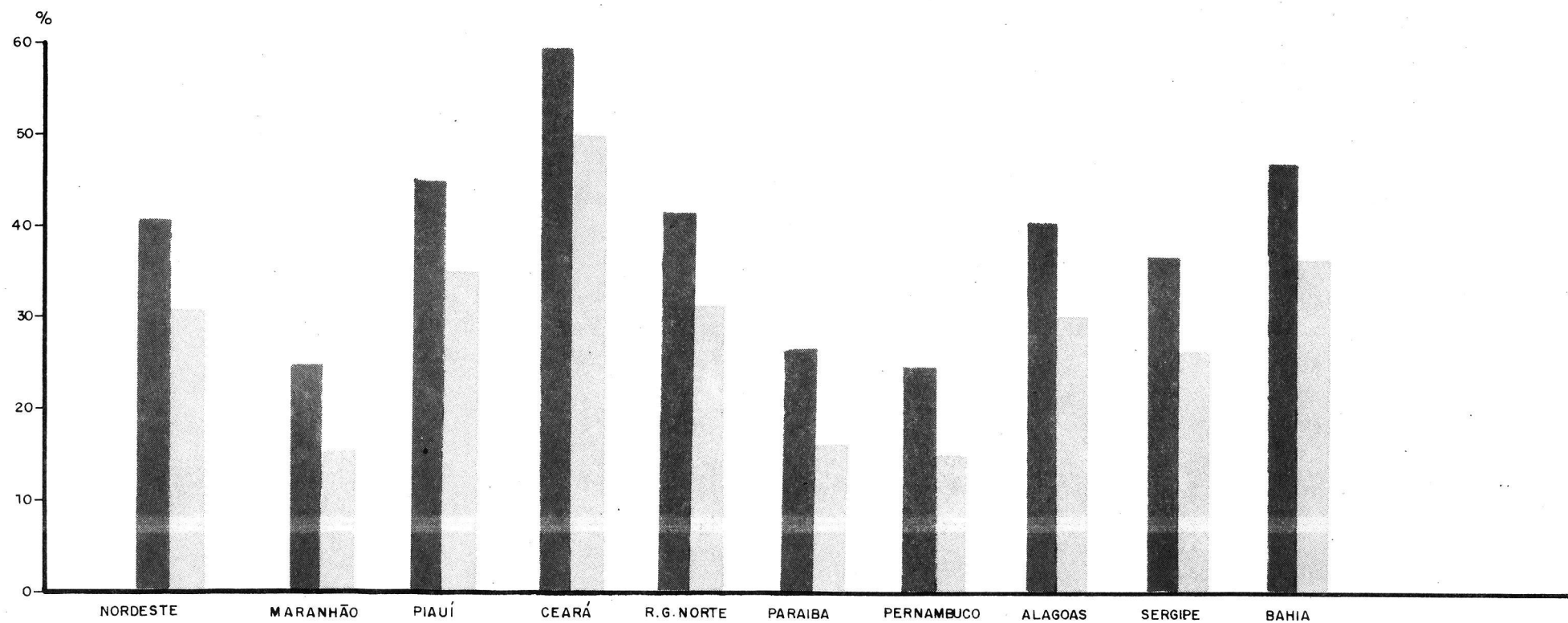
(1) Igual à população escolarizável menos o número de matrículas.

(2) Igual ao deficit de escolaridade dividido pela relação alunos/professor.

(3) Calculados sobre os professores necessários para atender o total da população escolarizável.

FONTES: Tabelas 2, 13, 14 e 15.

GRÁFICO 13
 NORDESTE E ESTADOS
 ENSINO DE 1º GRAU (1ª à 4ª Série)
DEFICIT DE ESCOLARIDADE NA ZONA RURAL
 - 1985 -



LEGENDA: ■ SITUAÇÃO ESPERADA PELO COMPORTAMENTO HISTÓRICO

■ SITUAÇÃO ESPERADA COM A EXECUÇÃO DO PROGRAMA

RELAÇÃO DAS TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 - Brasil, São Paulo, Nordeste e Estados	
<u>População total e população rural</u> - 1970 e estimativa para 1975/80/85	20
TABELA 2 - Brasil, São Paulo, Nordeste e Estados	
<u>População escolarizável e população rural escolarizável</u> - 1970 e estimativa para 1975/80/85	21
GRÁFICO 1 - Brasil, São Paulo, Nordeste e Estados	
<u>Participação percentual da população rural na total e da escolarizável rural na escolarizável total</u> - 1970 e estimativa para 1975/80/85	22
GRÁFICO 2 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Participação percentual da população rural na total e da escolarizável rural na escolarizável total</u> - 1985	23
TABELA 3 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Evolução da participação percentual da matrícula da Zona Rural na matrícula total</u> - 1965/70 e estimativa para 1975/80/85	24
TABELA 4 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Evolução da participação percentual das salas de aula da Zona Rural no total de salas de aula</u> - 1970/75/80 - (Dados estimados)	25
TABELA 5 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Evolução da participação percentual dos professo</u>	

	<u>res da Zona Rural no total de professores -1962/71 e estimativa para 1975/80/85</u>	26
GRÁFICO 3	Nordeste - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série) <u>Participação percentual da Zona Rural no total de matrícula, de salas de aula e de professores - 1970</u>	27
TABELA 6	Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série) <u>Matrícula inicial por série na Zona Rural - 1971</u>	28
GRÁFICO 4	Nordeste - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série) <u>Matrícula inicial por série na Zona Rural - 1971</u>	29
TABELA 6.1	Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série) <u>Matrícula inicial na 1a. série, por idade, na Zona Rural - 1971</u>	30
TABELA 6.2	Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série) <u>Matrícula inicial na 2a. série, por idade, na Zona Rural - 1971</u>	31
TABELA 6.3	Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série) <u>Matrícula inicial na 3a. série, por idade, na Zona Rural - 1971</u>	32
TABELA 6.4	Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série) <u>Matrícula inicial na 4a. série, por idade, na Zona Rural - 1971</u>	33

GRÁFICO 5 - Nordeste - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Matrícula inicial por série e por idade, na Zona Rural - 1971</u>	34
TABELA 7 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Descrição da Rede Física da Zona Rural - 1970 ..</u>	35
GRÁFICO 6 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Percentual da disponibilidade de serviços nos prédios escolares, da Zona Rural - 1970</u>	36
GRÁFICO 7 - Nordeste - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Utilização das salas de aula da Zona Rural, por turno - 1970</u>	37
TABELA 8 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Distribuição percentual dos professores da Zona Rural, por Dependência Administrativa - 1971 ...</u>	38
GRÁFICO 8 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Distribuição percentual dos professores da Zona Rural, por Dependência Administrativa - 1971</u>	39
GRÁFICO 9 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Distribuição percentual dos professores da Rede Pública da Zona Rural - 1971</u>	40
TABELA 9 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Participação percentual dos professores diplomados da Zona Rural no total de professores, por Dependência Administrativa - 1971</u>	41

GRÁFICO 10 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à série)

Participação percentual dos professores diplomados da Zona Rural no total de professores, por Dependência Administrativa - 1971.

42

TABELA 10 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)

Deficit bruto de escolaridade na Zona Rural-1971

43

GRÁFICO 11 - Estados do Nordeste - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)

Deficit bruto de escolaridade na Zona Rural - 1971

44

TABELA 11 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)

Deficit de salas de aula, de professores e de professores diplomados na Zona Rural - 1971

45

GRÁFICO 12 - Estados do Nordeste - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)

Deficit de salas de aula, de professores e de professores diplomados na Zona Rural - 1971

46

TABELA 12 - Estados do Nordeste - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)

Comportamento da relação alunos/sala de aula e da relação professores/sala de aula na Zona Rural - 1970 e estimativa para 1975/80

54

TABELA 13 - Estados do Nordeste - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)

Comportamento da relação alunos/professor na Zona Rural - 1962/71 e estimativa para 1975/80/85

55

TABELA 14 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)

Metas de Matrícula para a Zona Rural - 1980/85 ..

56

TABELA 15 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Metas de Professores para a Zona Rural - 1980/85</u>	57
TABELA 16 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Contratação de professores diplomados para ampliação da matrícula da Zona Rural - 1976/80 e 1981/85</u>	58
TABELA 17 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Treinamento de professores leigos para a Zona Rural - 1976/80 e 1981/85</u>	59
TABELA 18 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Número de turmas e número de treinados por ano na Zona Rural - 1976/85</u>	60
TABELA 19 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Necessidades de treinamento de professores para a Zona Rural - 1985</u>	61
TABELA 20 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Prognóstico para a Zona Rural em 1985</u>	62
GRÁFICO 13 - Nordeste e Estados - Ensino de 1º grau (1a. à 4a. série)	
<u>Deficit de escolaridade na Zona Rural-1985.</u>	63

Publicações editadas da Série: Brasil.SUDENE.Nordeste e Educação

1. MODELO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
2. REDE FÍSICA DO ENSINO DE 1º e 2º GRAUS
3. A ESCOLA RURAL